

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Diretas já, 25 anos. Mobilização popular, conciliação e os sentidos da redemocratização à luz da imprensa brasileira.

Maria Luiza de Castro Muniz.

Cita:

Maria Luiza de Castro Muniz (2009). *Diretas já, 25 anos. Mobilização popular, conciliação e os sentidos da redemocratização à luz da imprensa brasileira. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1682>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Diretas já, 25 anos

**Mobilização popular, conciliação
e os sentidos da redemocratização
à luz da imprensa brasileira¹**

Maria Luiza de Castro Muniz²

I. Introdução

Os sentidos da redemocratização brasileira vêm sendo estudados sob diferentes perspectivas. Quando o assunto é *participação e cidadania* não faltam análises que, de certa forma, incorporam o ponto de vista da nação *bestializada*³, dotada de uma *ausência* ou de uma apatia política decorrente da descrença no sistema políticopartidário percebido como deficiente. Em um contexto internacional, fala-se em “crise de representação”⁴ para caracterizar com uma única expressão o afastamento entre representantes e representados. Em direção distinta ou mesmo complementar podem vir abordagens que valorizarem formas alternativas de participação política (pelas artes, por exemplo), dando ênfase ao papel da cultura⁵ como difusora de práticas e ideologias contra-hegemônicas. Não raro, podem vir à tona preconceitos e perspectivas etnocêntricas incorporadas às justificativas que pretendem explicar a democracia no Brasil e na América Latina.

Neste trabalho, opto por margear a questão recuando em direção ao contexto histórico e tendo a imprensa como referência. O distanciamento temporal promete ser bom conselheiro. O tema *mobilização popular* é abordado aqui no âmbito da Campanha das *Diretas já*, manifestação de massa que ocorreu no primeiro semestre de 1984 em torno da aprovação de uma emenda constitucional para restituição do voto direto. Diversos setores da população envolvidos em comitês locais e suprapartidários já vinham há alguns anos se associando sob bandeiras diversas e, especialmente, contra o regime militar. Como ponto de observação deste contexto, escolho dois dos principais jornais do eixo Rio-São Paulo em termos de circulação nacional e influência política – característica mantida até hoje.

Menos que propriamente uma visão “à luz da imprensa brasileira” é centralizada a iniciativa da população de incidir uma “luz própria” com suas reivindicações. Essa

1. Este trabalho foi desenvolvido como resultado inicial da pesquisa intitulada *Opinião pública e opinião publicada: Diretas já, participação popular e representação nos jornais O Globo e Folha de S. Paulo*. A pesquisa vem sendo desenvolvida no âmbito do Programa de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense -RJ, Niterói – e como parte da linha de pesquisa *Estado, Sociedade, Governo e Interesses em Contextos Democráticos* e área de interesse *Políticas Públicas, Estado, Sociedade e Imprensa*.

2. A autora é bacharel em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), bacharel em Comunicação Social/ Jornalismo pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFF. E-mail: muniz.malu@gmail.com.

3. Aqui faço alusão ao trabalho de José Murilo de Carvalho que, acredito, sintetiza determinada tendência no trato da participação popular e do processo histórico-político: CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras: 1987.

4. Para uma análise da crise de representação em um contexto internacional, ver: MANIN, Bernard. *Los Principios del Gobierno Representativo*. Madrid: Alianza Editorial, 1997.

5. Entre outros destaco: HALL, Stuart. *Da diáspora: identidade e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

luz, que é metáfora para a expressão política e ideológica, é refletida pela imprensa em geral segundo determinada perspectiva adotada. Neste trabalho, trabalharei particularmente com a expressa pelos jornais diários selecionados: *O Globo* e *Folha de S. Paulo*.

A análise da opinião dos jornais é uma importante fonte para identificar construções discursivas que podem ter influenciado aquela conjuntura política. Nesse sentido, objetiva-se compreender algumas concepções impressas acerca do abrangente tema da *mobilização popular*. E, para tanto, a conjuntura focalizada é a da ação popular direta nas ruas entre os últimos meses de 1983 e os primeiros de 1984.

Um segundo ponto que também merece atenção é o uso de referências que concorram para a construção de uma determinada identidade, de um perfil do povo brasileiro, no momento em que setores antes excluídos da cena política se destacam socialmente como atores reivindicantes. Assim, o recorte proposto segue no sentido de reconhecer determinadas referências coincidentes ou não com discursos e práticas conciliatórias verificadas no período da abertura democrática – e úteis à reflexão sobre um paradigma da conciliação⁶ visível ao longo da história brasileira.

Isto é, até que ponto, em meio às opiniões dos jornais sobre a *mobilização popular*, percebe-se embutida a imagem de uma *unidade nacional* ou de um *consenso* que, não correspondendo à realidade de manifestações plurais e destoantes, acabaram servindo de sustentação ao projeto governista de liberalização lenta e segura? E, por último, vale questionar em que medida a exaltação à *união nacional, cívica e ordeira* acabou sendo a senha para um suposto consenso em torno da transição pactuada com os militares e as lideranças políticas a eles ligadas ao longo de todo o regime ditatorial.

Há muitos temas e atores – Igreja, militares, Legislativo, Executivo, movimentos sociais, partidos, sindicatos etc. – os quais, nos argumentos utilizados por cada jornal desempenham um determinado papel, são dotados de determinados valores, bem como interagem entre si. Por isso, a compreensão mais completa do conteúdo dos editoriais nos âmbitos histórico, social e político exigiria um trabalho ainda mais detalhado sobre a ação dos referidos temas. Não sendo possível realizá-lo no espaço deste artigo, a *mobilização popular* foi o *eixo temático* selecionado – incluídos alguns representantes dos movimentos sociais, do sindicalismo e de entidades da sociedade civil. Esta, que, em suas múltiplas manifestações, se torna desde novembro de 1983 a protagonista da Campanha pelas *Diretas já*.

Identifiquei alguns *mecanismos argumentativos* recorrentes nos editoriais no que se refere, direta ou indiretamente, à *mobilização popular*. Alguns se repetem quando comparamos os editoriais dos dois jornais, outros parecem ser *contra-argumentos*, embora não haja indícios de uma motivação neste sentido. No caso d'*O Globo* os mecanismos reconhecidos são: 1. revisão histórica; 2. destaque de extremismos e

⁶ A Teoria Política Brasileira, para uma reflexão mais aprofundada do paradigma à brasileira, dispõe de três importantes autores do século XX: Sérgio Buarque de Holanda, autor de *Raízes do Brasil*, Gilberto Freyre, de *Casa Grande e Senzala*, e Cassiano Ricardo, autor de *O homem cordial*. A despeito das diferenças de abordagem, os três autores sustentam suas reflexões na idéia da cordialidade como marca do homem brasileiro, herdada através dos padrões de colonização portuguesa. Para os efeitos do presente trabalho, são importantes as contribuições de Michel Debrun ao tema, reunidas em *A "conciliação" e outras estratégias* (1983). Para uma abordagem da difusão desse paradigma através da educação durante o regime militar e dos efeitos simbólicos de sua permanência na sociedade brasileira, utilizarei o estudo realizado pelos professores Gisálio Cerqueira Filho e Gizlene Neder em *Brasil, violência e conciliação no dia-a-dia* (1987).

“maniqueísmo ideológico” da oposição; 3. comparações com modelos estrangeiros (Argentina, por exemplo); 4. princípios clássicos da representação (em contraposição com a pressão via mobilização popular); 5. crítica do conceito de legitimidade. Já a partir da análise dos editoriais da *Folha* destaque-se: 1. revisão histórica; 2. mobilização sem radicalizações; 3. defesa da transparência das negociações (sociedade vigilante); 4. *Pesquisa Folha* (pesquisa de opinião pública); 5. (i)legitimidade da representação.

A abordagem da mobilização popular no contexto de soerguimento dos movimentos sociais nos anos de 1970 e 1980 deverá funcionar quase como o negativo de uma fotografia feita pela imprensa à época da Campanha das *Diretas já* e do processo sucessório em geral. As eventuais incongruências entre negativo e fotografia podem ser indícios de que nos retratos diários feitos pela imprensa – autora e personagem – ela se revela juntamente com o objeto que pretende capturar.

II. “Oportunismo pragmático”: a imprensa e o sistema político brasileiro

A imprensa brasileira está econômica, política e ideologicamente conectada aos princípios do liberalismo⁷. No entanto, uma abordagem da imprensa circunscrita apenas em seu caráter liberal não dá conta de caracterizá-la dentro do espectro político e ideológico brasileiro, marcado justamente pelo “encontro” dos valores liberais com práticas tradicionais assentadas no *favor*. Este tem sua eficiência equilibrada sobre o fato de que ele participa de toda trama do padrão paternalista, “autoritarismo & favor”, acoplado ao liberalismo, que é a marca européia.

Gisálio Cerqueira (1993) explica que o “liberalismo amalgamado ao favor provoca a sua racionalização, isentando-o dos compromissos conservadores e do arbítrio, pelo menos do ponto de vista ideológico” (Cerqueira Filho: 1993, p. 22). Defendo que esta explicação seja incorporada à análise da atuação política dos meios de comunicação, cujos efeitos simbólicos devem ser valorizados na análise de conjuntura. Neste trabalho, tais observações se inspiram na abordagem da imprensa sob a marca da tensão existente entre liberalismo e favor. Ou seja, entre o disfarce do último pelo primeiro – diz Cerqueira – e o desnudamento das práticas de conciliação e cordialidade em seu conteúdo conservador e autoritário, o que provoca a tensão entre o liberal e o padrão clientelístico constitutivo da formação histórica brasileira.

Embora tenha sido alvo de discordâncias, a reflexão de Roberto Schwarz em *As idéias fora do lugar* é válida na medida em que enfatiza a convivência do liberalismo à brasileira com a violência do sistema escravista agrário, identificando por isso seu deslocamento ou “desajuste” – como prefere Cerqueira – em relação à realidade do Brasil do século XIX. De acordo com Schwarz, a apropriação original do liberalismo europeu, inglês e americano embaralhava a lógica da racionalização produtiva, em que “o lucro como prioridade subjetiva é comum às formas antiquadas do capital e às mais modernas” (Schwarz: 1977; p.15).

Estas primeiras referências permitem compreender melhor as aparentes ambiguidades e contradições do posicionamento político dos veículos da chamada *grande imprensa*. Mesmo em relação ao regime militar, com suas estruturas de controle e repressão, nota-se que “acordos forçados” foram por vezes tecidos entre os donos de

⁷ Para algumas análises em torno do tema ver, entre outros, CONTIER, Arnaldo Daraya. *Imprensa e Ideologia, 1822-1842*. Petrópolis, Vozes/UNICAMP, 1979; CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do Liberalismo: imprensa paulista (1920-1945)* SP, Brasiliense, 1989 e AQUINO, Maria Aparecida de. *Caminhos Cruzados: Imprensa e Estado Autoritário no Brasil (1964-80)*. São Paulo, 1994 (Tese de doutorado).

jornais e os líderes da alta cúpula do governo. Esta perspectiva não significa um menosprezo da violência, fortemente presente durante o regime militar – não apenas simbólica, mas dramaticamente real.

Note-se que o amortecimento pelo liberalismo dos “aspectos autoritários e conservadores presentes na ideologia da conciliação e cordialidade” ao provocar um padrão de “ambiguidade e indecisão” (Cerqueira Filho: 1993, p. 21) pode servir para explicar, ao menos parcialmente, a sobrevivência prolongada do regime militar por pouco mais de duas décadas⁸.

Como forma de situar melhor o referencial adotado e de perceber minimamente como o liberalismo e o favor se constituem em práticas das empresas jornalísticas, é necessário conhecer um pouco da trajetória dos jornais. Em alguns pontos as ambigüidades e posicionamentos dos veículos refletirão os da própria imprensa brasileira como um todo, com seus avanços e recuos em relação à democracia no século XX.

Em 29 de julho de 1925, *O Globo* foi criado por Irineu Marinho, em sociedade com Herbert Moses (presidente da Associação Brasileira de Imprensa entre 1931 e 1964) e Justo de Moraes. De defensor das demandas populares, *O Globo* passou a desenvolver nos anos posteriores seu “conservadorismo pragmático”. Em determinados momentos optou por certa “equidistância entre as facções”, em outros assumiu explicitamente seu apoio aos “pólos mais conservadores do espectro político e ideológico” (Lattman-Weltman: 2003; p. 16). De 1931 e por todo o século XX, Roberto Marinho (1904 – 2003) herdou a empresa de seu pai, Irineu, e foi responsável por sua ampliação, criando uma cadeia de rádios e uma rede de televisão, a Rede Globo. Esta última fundada com a concessão do regime militar, em abril de 1965

Sintonizado inicialmente com o movimento tenentista⁹, *O Globo* tendeu a se afastar dos tenentes e do presidente Getúlio Vargas (1930-1945; 1951-1954) – chefe civil da Revolução de 1930 que, através de um golpe, dera origem ao Estado Novo, em 1937. Exercendo seu “pragmatismo” na defesa de “compromissos liberais permanentes”, *O Globo* no pós-guerra aproxima-se das teses da União Democrática Nacional (UDN): ortodoxia monetarista e da austeridade fiscal, oposição à intervenção estatal na economia e ao planejamento econômico (Lattman-Weltman: 2003; p. 17). Expressava-se, assim, a ideia de manter o país no caminho “natural” do mercado mundial e a constante oposição em relação ao que representou a política nacionalista e o trabalhismo varguista. Chegando aos anos 60 apoiando o udenismo, *O Globo* se opõe à posse de João Goulart – herdeiro político de Vargas – e concorda com a solução parlamentarista que saiu vitoriosa. Conhecendo, ainda que de maneira superficial e simplificada, a trajetória política do jornal na primeira metade do século XX, bem como tendo em vista o avanço da mobilização popular em defesa de direitos sociais no contexto de polarização internacional dos anos 60, é possível compreender seu alinhamento político e ideológico com os setores golpistas de 1964 e com o regime repressivo militar instaurado naquele ano e aperfeiçoado nas duas décadas seguintes.

⁸ Há referências ao caráter “brando”⁸ da ditadura no Brasil, quando comparada com a de outros países da América Latina. Este ano, o editorial *Limites a Chávez*, publicado em 17 de fevereiro pela *Folha de S. Paulo*, provocou debates e manifestações públicas contrárias ao uso do termo “ditabranda” em referência ao regime militar (1964-1985) brasileiro.

⁹ Movimento social de caráter político-militar que atuou nos anos 20 como opositor das oligarquias agrárias cafeeiras à frente da chamada República das Oligarquias ou República Velha.

Se a história d'*O Globo* expõe certa regularidade, em parte por ter tido praticamente um único dono ao longo de todo o século XX, a história da *Folha de S. Paulo* já não o acompanha nesta característica. Não por acaso, a referência feita às *Folhas* já denota sua identidade editorial variada. O jornal é criado, originalmente, com o nome de *Folha da Noite*, em 1921, por Olival Costa e um grupo de amigos. Assim como fizera *O Globo* à época, o jornal apoiou as revoltas militares no Rio de Janeiro e em São Paulo. O apoio, contudo, custou ao jornal a proibição de circular e acabou redundando na criação da *Folha da Tarde*. Em 1925, quando a *Folha da Noite* voltou a circular, foi criada a *Folha da Manhã*. Ao tratar da primeira fase do jornal (1921-31), Capelato e Mota observam que, como parte da doutrina positivista, a neutralização dos conflitos sociais e da luta de classes foi apoiada pelas *Folhas*. O mote era “minimizar tensões” (Capelato e Mota: 1981; p. 34).

No início dos anos 1930, numa posição reformista e já contra o movimento que conduzira Vargas ao poder, as *Folhas* passaram a ser editadas pela *Empresa Folha da Manhã S.A.* Sob a direção de um novo dono, Otaviano Alves de Lima, os jornais expressavam apoio aos interesses rurais do estado de São Paulo, em oposição a Getúlio e a seu crescente intervencionismo econômico (Lattman-Weltman: 2003; p. 346)

Ao fim do primeiro governo de Vargas teve começo, com Nabantino Ramos, uma nova fase em termos administrativos e de uma “nova visão empresarial” que marcou de maneira geral outros veículos imprensa brasileira. Na divisão de Capelato e Mota a fase seguinte será caracterizada pela passagem “da autonomia financeira à busca de um projeto político-cultural” (1962-1981). Já unificado sob o nome *Folha de S. Paulo* e sob a direção de Carlos Caldeira Filho e Octávio Frias de Oliveira, o jornal apoiou “discretamente”, segundo Lattman-Weltman (2003), o regime instaurado em 31 de março de 1964. Auto-definida como “liberal e democrática”, a *Folha* lançara mão, conforme observam Capelato e Mota, da ideologia do “jornal novo” associada à da “modernização” (Capelato e Mota: 1981, p. 194). Os autores demarcam o contraste entre as cores do liberalismo proclamado pela *Folha* e o de outros considerados mais conservadores, embora igualmente autoproclamados liberais. Entre dois pontos extremos, defendem Capelato e Mota, o jornal paulista buscava se identificar com o caminho do meio; ou seja, um equilíbrio improvável entre o populismo reformista do tipo do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o liberalismo oligárquico do tipo do Partido Social Democrata (PSD) ou da UDN.

Dando um salto no tempo, é interessante observar a relação entre a imprensa e o regime militar, especialmente ao longo dos anos 1970, quando teve início o projeto de liberalização do regime militar orquestrado pelo governo Geisel (1974 – 1979). Vale lembrar que o abrandamento da censura em alguns veículos funcionou como um voto de confiança do regime, podendo ser suspenso ao menor sinal de abuso. Ganham espaço no período as práticas de autocensura. A liberdade de imprensa seria, curiosamente, a defesa de Geisel contra a extrema direita que tentava se impor.

Em *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil* Anne-Marie Smith aborda um ponto delicado para a imprensa brasileira, já explícito no título do livro. Sendo a liberdade de imprensa uma das principais instituições democráticas, a censura torna-se o grande algoz da sociedade em geral em contextos autoritários. É interessante notar que, sem abandonar por minuto sequer seu caráter repressivo, este algoz poderia ser “maleável” em determinados casos.

Smith destaca o relato do dono do *Jornal do Brasil*, Nascimento Brito: “Nunca tivemos a plasticidade que certos donos de jornal têm”, diz Brito, o que, segundo a autora, seria uma referência ao concorrente *O Globo* (Smith: 2000; p. 172). Smith afirma que jornais de prestígio, de fato, podiam fazer uso de seus contatos na elite, vivendo momentos de “negociação e acomodação”. Apesar do medo da repressão não estar restrito aos setores mais fracos da sociedade em geral, fica um talvez inócuo questionamento: “Poderia ter havido mais resistência, não?” (Smith: 2000; p. 166)

Entre os variados graus de apoio ao regime ou de disposição para cooperar com ele Smith identifica alguns casos ou circunstâncias em que eles se deram: *apoio ponderado* daqueles que concordavam com a tese da ameaça comunista e aceitavam os meios do regime em função dos fins; *oportunismo pragmático* em nome de uma “consciência empresarial”; resistência na busca por *autonomia* ainda que *circunscrita*; *medo* da repressão estatal; *burocratização* da censura incorporada à prática jornalística e a consequente *impotência*; *legitimidade* da censura “legalizada”; *vulnerabilidade das audiências estrangeiras e internas*, entre outros. A última, segundo a explicação proposta pelo regime, sustentava-se na “vulnerabilidade do povo” ignorante, despreparado e atrasado culturalmente (Smith: 2000; p.191). Por isso, devia ser protegido contra a manipulação orquestrada pelos opositores do regime.

Quanto ao segundo caso citado (*oportunismo pragmático*), convém notar a visão do jornalista responsável pela missão de “renacionalizar” *O Globo*, Evandro Carlos de Andrade, diretor do jornal a partir de 1971. Coube a ele fazer do jornal “novamente um interlocutor apto a intervir no debate nacional em igualdade de condições com os principais rivais” (Lattman-Weltman: 2003, p. 18). “Esse estado de revolução [a partir de 1922 até pelo menos 1988] significa o seguinte: sobreviveu quem teve mais tino político, a par da capacidade empresarial”, diz Andrade. E completa atribuindo à “capacidade de adaptação” d’*O Globo* seu sucesso em conseguir, ao contrário de outros¹⁰, resistir econômica e politicamente. A posição ocupada pelo jornalista à frente do jornal e sua idéia de competência empresarial – que ignora ou minimiza as pressões econômicas e políticas impostas a jornais como a *Última Hora* de Samuel Wainer e ao *Correio da Manhã*, de Niomar Moniz Sodré – faz transparecer o *oportunismo pragmático* que caracterizaria o apoio do jornal de Roberto Marinho ao regime militar.

Um exemplo ligado à boa fama dos jornalistas comunistas terem sido bons profissionais por sua pontualidade e disciplina é a contratação de um jornalista militante ex-membro da Dissidência Comunista e ex-presos político pelo jornal *O Globo*. Como a “cota de subversivos” do jornal já estava cheia, a recusa em assinar a carteira de trabalho do jornalista durou quatro anos, até o Dia da Lei de Anistia (Smith: 2000, p. 165). Neste caso, Smith se refere ao “acatamento sem endosso”. É uma interpretação que não exclui certa face conciliatória presente na tensa relação entre a imprensa brasileira e o regime militar.

Até 16 de janeiro de 1974, a *Folha* ainda utilizava a palavra “Revolução” para designar o que depois seria denominado como o “Movimento de 1964”. Na análise de Capelato e Mota, embora fechasse com Geisel e seu projeto de distensão, a mudança terminológica prenunciava a intenção de um distanciamento do regime. Uma nova

¹⁰ Como exemplo, pode-se citar *O Diário Carioca* que fechou em 1965 e o *Diário de Notícias* que fechou em 1976. Ver: COTTA, Pery. Calandra: O sufoco da imprensa nos anos de chumbo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997 e ANDRADE, Jeferson de. Um jornal assassinado: a última batalha do *Correio da Manhã* (em colaboração com Joel Silveira. Rio de Janeiro, José Olympio, 1991.)

demarcação dos horizontes ideológicos do jornal sucederia um difícil período em que a *Folha* colecionava opositores à esquerda e à direita. Considerado um dos principais elementos de resistência na fase mais áspera, o jornalista Claudio Abramo foi o grande responsável pelas mudanças editoriais que ganhariam mais força dentro do jornal à medida que, do lado de fora, avançavam os movimentos de oposição ao regime autoritário.

Ao fim da década de 1970 tornava-se cada vez mais flagrante o fim do “milagre” econômico brasileiro. Ainda em 1974 o tom pragmático era percebido no elogio irrestrito a Delfim Neto (Ministro da Fazenda entre 1967 e 1974), visto como um técnico que conquistara a qualidade de “estadista”, e na ausência de referências ao custo social do “milagre”. A *Folha* se valeu em princípio de expressões como “pragmatismo responsável” ou “realismo prudente” para resguardar determinados limites na adoção de uma linha mais crítica. No ano seguinte, contudo, já se percebe em editorial as pistas da nova linha: “O Estado não é um fim em si mesmo, porém é um meio de realizar o bem-estar da população que o integra” (Capelato e Mota: 1981; p. 231). Convém lembrar que não havia um censor *in loco* na redação, o que aumentava a responsabilidade da empresa em caso de eventual transgressão.

Desde a posse do presidente Geisel até o episódio Diaféria, grande crise que ocorreu na *Folha* em setembro de 1977, o jornal passou por uma “fermentação crítica”. Somado ao impacto do caso Herzog (citado adiante), a reação do regime à crônica “Herói. Morto. Nós”¹¹, de Lourenço Diaféria, contribuiria para condução das mudanças na fisionomia do jornal. O texto, publicado na Semana da Pátria e considerado ofensivo às Forças Armadas, levou à prisão do cronista. Com a publicação em branco de sua coluna na *Folha*, a pressão de Brasília aumentou ainda mais e a *Folha* foi ameaçada com o fechamento por um mês. Diante disso, Otávio Frias retirou seu nome do expediente de todos os periódicos da empresa, afastou-se formalmente da presidência do jornal e suspendeu os editoriais e alguns artigos (Capelato e Mota: 1981; p. 236). Decidiu-se ainda afastar Claudio Abramo do cargo de editor-responsável. O jornalista Boris Casoy o substituirá, permanecendo na direção da redação até 1984, quando esta é assumida por Otávio Frias Filho.

A partir de 1974, registra-se a crescente participação do último, secretário do Conselho Editorial desde 1978 e expressão de um certo tipo de “liberalismo democrático”. Capelato e Mota falam em um “neoliberalismo” que animaria a atuação de instituições como a Comissão de Justiça e Paz; a OAB de Raymundo Faoro; a SBPC; a CNBB, de d. Paulo e d. Ivo Lorscheiter; a Associação de Advogados de São Paulo, sobretudo na gestão de Miguel Reale Junior (Capelato e Mota: 1981; p. 233). Com a

¹¹ Eis um trecho da crônica: “Todavia eu digo com todas as letras: prefiro esse sargento herói ao duque de Caxias. O duque de Caxias é um homem a cavalo reduzido a uma estátua. Aquela espada que o duque ergue ao ar aqui na Praça Princesa Isabel — onde se reúnem os ciganos e as pombas do entardecer — oxidou-se no coração do povo. O povo está cansado de espadas e de cavalos. O povo urina nos heróis de pedestal. Ao povo desgosta o herói de bronze, irretocável e irretoquível, como as enfadonhas lições repetidas por cansadas professoras que não acreditam no que mandam decorar” - DIAFÉRIA, Lourenço. “Herói. Morto. Nós.” *Folha de S. Paulo*, 01 de setembro de 1977. Esta citação foi extraída da dissertação *Imprensa e democracia: a transformação da Folha de S. Paulo e a criação do Partido dos Trabalhadores*, de Carlos Alberto Furtado de Melo.

inovação da página 3 – seção *Tendências e Debates* – ganha força a estratégia de ampliação do espectro de opiniões da “nova sociedade civil”.

Os autores de *História da Folha de S.Paulo* observam que o jornal transita desde especulações distencionistas até uma discussão sistemática, em 1980, da formulação de uma nova ordem democrática. A preferência pela posição de centro, que identificará o jornal como sendo de “frente ampla”, se expressa conforme Capelato e Mota, pela oscilação entre a esquerda do Partido Popular (PP) de Tancredo Neves, logo após o fim do bipartidarismo em 1979, e a direita do Partido dos Trabalhadores (PT) de Luis Inácio da Silva (Lula) – líder sindical que se destacara nos movimentos grevistas em São Paulo.

O processo de avanços e inflexões na implementação de um novo projeto editorial ou na simples redefinição de estratégias para atrair o leitorado, bem como as ambiguidades que caracterizam ambos os jornais selecionados, são aspectos representativos da influência sobre estes das disputas e ressignificações que a sociedade experimentava. Elas se faziam presentes na imprensa, mas também nos movimentos de bairros, nas pastorais da Igreja Católica, nas Comunidades Eclesiais de Base, nas variadas associações, nos sindicatos etc. A diferenciação entre tais manifestações, que contrastará com a idéia de uma aglutinação uníssona, é o ponto abordado no próximo item.

III.Sociedade em movimentos: os sentidos da abertura brasileira

A intenção deste capítulo é fazer uma referência à forma pela qual a sociedade foi se organizando e associando na década de 1970 e 1980¹², com destaque para o período entre 1974 e 1984. Em *Quando novos personagens entram em cena...*, Eder Sader (1988) vê o ano de 1978 como marcante para revalorização de práticas sociais dos mais diversos grupos populares que “irrompiam na cena pública, reivindicando seus direitos, a começar pelo primeiro, pelo direito de reivindicar direitos” (Sader: 1988; p.26).

É válido aproveitar o enfoque de Eder Sader sobre a “emergência de um sujeito coletivo com visibilidade pública”, tal como ele mesmo se refere. O autor se contrapõe à representação de passividade e conformismo assentada em uma tradição do pensamento político brasileiro e a cristalizada imagem dos trabalhadores como classe incapaz de ação autônoma (Eder: 1988; pp. 31-32). Ao analisar a ação de novos personagens em cena, Sader ressalta que a *coletividade* em questão é resultado da elaboração de uma identidade e da organização de práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas.

Junto com novos padrões de práticas coletivas, emergiram desde a segunda metade da década de 1970 interrogações sobre as potencialidades de movimentos sociais fora da institucionalidade do Estado. Assim o “novo sindicalismo” pretendia ser, entre outras coisas, independente em relação a partidos e ao Estado. A “nova sociabilidade”, diz Sader, rejeitava a troca de favores como algo pertencente ao passado.

¹² Para uma abordagem das associações de diversos grupos no período ver: BOSCHI, Renato Raul. A arte da associação: política de base e democracia no Brasil. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1987.

Pedro Jacobi (1987) afirma que “o discurso da autonomia e do caráter antiestado dos movimentos sociais configura uma relação de negação e oposição que encobre o potencial do Estado de atuar como indutor de demandas” (Jacobi: 1987; p. 12). Jacobi, ao destacar os avanços e recuos dos primeiros anos pós-regime militar, anuncia preocupações que se estendem até os atuais, ainda que em escala diferente. São elas: “a inscrição das demandas expressas pelos movimentos sociais urbanos na agenda de questões do Estado e dos partidos políticos” (Jacobi: 1987; p. 19) e a disseminação de concepções mais avançadas de gestão pautadas por formas de efetiva descentralização do poder” (Jacobi: 1987; p. 22).

O autor bem observa que o entendimento sobre a dinâmica dos movimentos sociais deve envolver uma análise específica de seus imaginários próprios. Nesse sentido, a proposta é “pensar as alterações nas práticas coletivas de trabalhadores como re-elaboração do imaginário constituído, através de novas experiências, onde se produzem alterações de falas e deslocamentos de significados” (Eder: 1988; p. 46). E expor ainda uma definição que deve servir como base para melhor compreensão dos processos envolvendo os movimentos sociais e até mesmo os desdobramentos que tiveram nos anos seguintes. Segundo Sader,

“sujeito autônomo não é aquele (pura criação voluntarista) que seria livre de todas as determinações externas, mas aquele que é capaz de reelaborá-las em função daquilo que define como sua vontade. Se a noção de sujeito está associada à possibilidade de autonomia, é pela dimensão do imaginário como capacidade de dar-se algo além daquilo que está dado” (Sader: 1988; p.56)

Mais adiante, o autor acrescenta o que considera como condição de existência de um “novo sujeito político”: a emergência de uma *matriz discursiva* ou “modos de abordagem da realidade, que implicam diversas atribuições de significado” (Sader: 1988; p. 143). Ou seja, a capacidade “de reordenar os enunciados, nomear aspirações difusas ou articulá-las de outro modo, logrando que indivíduos se reconheçam nesses novos significados”. Segundo o autor, “formados no campo comum do imaginário de uma sociedade, emergem matrizes discursivas que expressam as divisões e os antagonismos dessa sociedade” (Sader: 1988, p. 60).

Dito isto, o “Já!” estampado em cartazes, adesivos e camisetas em 1984 – mais que a reivindicação do direito ao voto direto –, parece um perfeito enunciado da emergência de um desejo por maior participação política. Considerando as práticas conciliatórias abordadas neste trabalho e os sentidos que podem assumir de acordo com a conjuntura e os atores envolvidos, é válido notar na citação acima uma menção a uma capacidade conciliadora: ser um sujeito autônomo não significaria querer ser livre de determinações externas, mas ser “capaz de reelaborá-las em função daquilo que define como sua vontade”.

1,2,3 e... a sociedade se mobiliza

Inúmeros movimentos sociais convergiram sob uma bandeira única. Isso é o que normalmente acontece quando há um inimigo comum a ser derrotado. No caso, o regime militar. Um indício da aglutinação está, acredito, no voto emedebista que, conforme observa Bolívar Lamounier, passou a ter um caráter plebiscitário com relação ao regime (Lamounier: 1986), de forma que a oposição à ditadura foi ‘depositada’ nas urnas.

Os governos ditatoriais buscaram conferir certa legitimidade ao regime através da manutenção de periódicos rituais democráticos cercados por restrições legislativas para evitar o avanço indesejável da oposição emedebista através das urnas. Nas eleições de 1974, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) conquistou 16 das 22 cadeiras do Senado e a sua representação na Câmara Federal saltou de 28% para 44% das cadeiras. Diante da ARENA (Aliança Renovadora Nacional), começavam a surgir brechas para a oposição aproveitar o espaço consentido dentro do sistema bipartidário instaurado em 1965 com o Ato Institucional nº2. Além disso, os resultados das urnas refletiam que o projeto de abertura do governo arquitetado pelo general-presidente Ernesto Geisel e pelo chefe da Casa Civil Golbery do Couto e Silva não se traduziu completamente em um processo de abertura. Um exemplo disso é o próprio desvio representado pela Campanha das *Diretas já*. Assim, a liberalização foi desencadeada com o intuito de criar as condições para uma transição tutelada, contendo os riscos oferecidos por setores mais “duros” do regime e controlando “radicalismos” à esquerda. Paralelamente, amadureciam as condições históricas de revalorização da democracia. Encontradas as brechas para a expressão oposicionista, vieram sob o respaldo da Igreja Católica algumas das primeiras manifestações públicas contra o autoritarismo.

É preciso lembrar que a Igreja não é um bloco homogêneo. Desde as primeiras décadas do século XX houve a articulação dos leigos, mas não sem a tutela da autoridade religiosa (Delgado e Passos: 2003; p. 98). A partir dos anos 30, a Ação Católica Brasileira representará um capítulo à parte dessa articulação, destinada a difundir os princípios católicos na vida pública brasileira. “Era o braço da hierarquia estendido no campo social, político e cultural” (Delgado e Passos: 2003; p. 101). Se havia um braço, havia também uma mão e cinco dedos: Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC)¹³. O objetivo ao citá-las é demonstrar que a inserção da Igreja no “jogo de representações” se deu de diferentes formas a cada contexto.

Várias etapas e formas de atuação são percebidas, e uma delas ganha novos contornos a partir do Concílio do Vaticano II (1962-1965), convocado pelo Papa João XXIII. É, portanto, no contexto das transformações sofridas pela Igreja desde então que se insere, por exemplo, a criação das Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs, em meados de 70. Estas se encontravam sob o abrigo institucional da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), criada em 1952 como canal de mediação entre as dióceses.

“Na prática, hoje, as CEBs que congregam as pessoas pobres e simples da periferia e zona rural precisam se situar diante dos movimentos populares que mais recentemente têm emergido como instrumento das lutas do povo por uma sociedade mais justa. (...) ... circunstâncias anteriores fizeram com que pessoas de boa vontade, mas sem fé, participassem das promoções das CEBs que, como Igreja, constituíam o único lugar tolerado de atuação social”¹⁴

O trecho acima, datado de 1982, demonstra como a Igreja em certa medida acabou ocupando um vazio representativo provocado pela repressão estatal (cassações,

¹³ A militância político-religiosa de alguns jovens integrantes da JUC e da JOC, por exemplo, acabaram assumindo novas dimensões. A criação da Ação Popular (AP) em 1962 acaba sendo um desdobramento à parte para aqueles que decidiram se desvincular da hierarquia católica.

¹⁴ Fonte: http://www.cnbb.org.br/ns/modules/mastop_publish/files/files_489c9ad11605d.pdf. Acessado em 20 de dezembro de 2008. Documento do Conselho Permanente da CNBB de 26 de novembro de 1982.

censura...), constituindo, se não o único, um dos poucos lugares de atuação social tolerados. Não deixa, contudo, de negociar e conciliar em vários momentos com integrantes da cúpula do regime¹⁵.

Dentre as *matrizes discursivas* analisadas por Eder Sader, aquela que é elaborada entre as comunidades da Igreja Católica produziu, nos anos 70, uma alteração no conjunto dessa instituição não existente nas outras vezes em que católicos se engajaram em atividades de “conscientização” de trabalhadores. E isso se deve em grande parte pela conjuntura “pós-conciliar”. Destaque-se também a Conferência dos Bispos latino-americanos em Medellín (1968) na influência dos novos temas e enunciados.

A emergência de uma “nova Igreja” se dava no aprendizado de seus membros junto ao povo. Assim figurava em 1975, quando houve o primeiro encontro nacional das comunidades de base. O editorial do SEDOC, documento que apresenta as comunicações e relatórios do encontro, fala da “emergência de uma nova Igreja, nascida da velha, Igreja que nasce do Povo”. O trecho, segundo Sader, demonstra uma conciliação entre a Igreja velha, cuja tradição é mantida, com a nova, originada a partir de um Povo “que crê e que assume levar a causa do Evangelho adiante” (SEDOC *apud* Sader: 1988; pp.162-163). O número de CEBs, conforme consta em nota do texto, seria em torno de 80 mil, com cerca de 2 milhões de pessoas em todo o país em 1981.¹⁶

Segundo os autores de *Brasil: violência e conciliação no dia-a-dia*, Gisálio Cerqueira Filho e Gizlene Neder, as CEBs em Volta Redonda (RJ) se apresentavam como “espaço altamente privilegiado de administrar o conflito; mas também de assumir o conflito e até mesmo pensar “soluções” para situações específicas de conflitos” (Cerqueira Filho e Neder: 1987, p. 98).

Lucília Delgado e Mauro Passos observam que, com as CEBs, o catolicismo intensifica a ligação entre a religião e a vida cotidiana, aproximando-se de situações básicas, como o desenrolar da semana, a família, o trabalho, o bairro, a cidade. A articulação, uma vez estabelecida, envolve pessoas, grupos e a comunidade com a participação de jovens, adultos, mulheres, trabalhadores e voluntários (Delgado e Passos: 2003; p. 123).

Na proporção em que o regime vai aperfeiçoando e ampliando a ação de seu aparato repressivo, a Igreja retira o apoio que dera inicialmente à ditadura militar, passando a defender a causa da justiça social e dos direitos humanos, a qual ganha com as CEBs e com as Pastorais (da Terra, do Menor) um palco para debates e mobilizações.

Em entrevista à revista *Isto É*, de 31 de agosto de 1983, o brasileiro americano Ralph Della Cava dá ênfase à Comissão Pastoral da Terra, “que tem oito anos de existência e é uma das linhas de atuação da CNBB”, tendo surgido, “como resposta ao

¹⁵ Em *Diálogos nas sombras*, Kennet P. Serbin analisa com riqueza de detalhes a constituição da Bipartite (1970-74), um fórum de comunicação e negociação privilegiado entre as cúpulas da Igreja e do regime. No fórum em que o sigilo era ingrediente indispensável e a cada uma das partes – Igreja e Exército – cabia fortalecer sua posição perante seu interlocutor, a Bipartite tornara-se um campo de batalha em que a tradição brasileira da conciliação de elites era um dos elementos favoráveis ao tenso diálogo. Ambos os lados prezavam pela hierarquia, disciplina e obediência. Logo, a maior causa de atritos entre eles era a falta de controle sobre suas respectivas bases. Assim, conforme descreve Serbin, a *intelligentia* eclesiástica e militar agia para conciliar suas respectivas instituições. Ver: SERBIN, Kennet P. *Diálogos das sombras: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

¹⁶ Os números são extraídos do livro de Frei Betto, *O que é comunidade eclesial de base*, Brasiliense, 1981, p.17

conflito entre o desejo perene do lavrador de possuir a terra para nela construir sua vida e os interesses das multinacionais”, diz o pesquisador que à época trabalhava no Instituto Latino-Americano da Universidade de Colúmbia. Della Cava acrescentava que a “práxis da CPT é apoiar a participação direta do próprio lavrador na solução de seus problemas”¹⁷

Em momento posterior ao abordado acima, cerca de um ano após a votação da Emenda Dante de Oliveira, a Teologia da Libertação foi vista como portadora de um “desvio”. A CNBB se manifestara em documento.

“Tais desvios [da Teologia da Libertação] e perigos se relacionam especialmente com a chamada “análise da realidade”. Nesta operação complexa, nem as ciências sociais escapam aos condicionamentos ideológicos. Preocupa-nos particularmente o apelo à “análise marxista” como instrumento de compreensão da realidade e o apelo à luta de classe, como lei fundamental de transformação da sociedade.”(...) Ambas as ideologias assinaladas – liberalismo capitalista e marxismo – se inspiram em humanismos fechados a qualquer perspectiva transcendente.”¹⁸

É interessante observar como os perigos da “análise da realidade” estão atrelados a “condicionamentos ideológicos” e como através da crítica ao marxismo o texto corrobora a ideologia da “não-violência” (Cerqueira Filho e Neder: 1987) ou a negação do conflito, opondo-se ao “apelo à luta de classe”. Cerqueira e Neder analisam a bibliografia didática utilizada em escolas públicas durante o regime militar como instrumento de difusão e reprodução ideológica que nega o conflito social na história brasileira; reforça a inferioridade do negro e o etnocentrismo; perpetua o mito da democracia racial; apresenta a violência como elemento externo à estrutura social brasileira, inclusive no caso da missão civilizadora da Igreja; e etc. Eis a imagem do brasileiro típico, segundo material didático das disciplinas de Moral e Cívismo e Organização Social e Política Brasileira: “religioso, pacífico, cordial, individualista, cômico dos seus deveres cívicos”. Os autores afirmam que tais atributos “se inter-relacionariam no comportamento não-violento que se apoiaria na “vocação inata” do brasileiro para a conciliação” (Cerqueira Filho e Neder: 1987, p. 50).

Em editorial d’*O Globo*, *A falsa libertação*, publicado logo após o Vaticano condenar os desvios da Libertação em agosto de 1984, a crítica se sustenta no seguinte argumento: “A inconformação com a miséria e a injustiça não aponta obrigatoriamente para a violência como única saída”¹⁹. Na reportagem publicada no dia anterior, a ênfase às palavras do então cardeal Joseph Ratzinger, desde 1981, prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé: “A luta de classes é um mito que agrava as injustiças”²⁰.

Eis dois exemplos da atuação dos movimentos ligados à Igreja na organização das *Diretas já* e da interação com outros grupos sociais. O primeiro comício realizado em São Paulo, o comício de 26 de novembro de 1983 no Pacaembu, foi organizado pela Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo em parceria com o Partido dos

¹⁷ Revista *Isto É*, entrevista intitulada *O consenso é inevitável*, de 31 de agosto de 1983, Nº 349.

¹⁸ Fonte: http://www.cnbb.org.br/ns/modules/mastop_publish/files/files_489c9b69853c0.pdf, acessado em 20 de dezembro de 2008. Documento do Conselho Permanente da CNBB de 19 de abril de 1985.

¹⁹ *O Globo*, 31 de agosto de 1984, editorial *A falsa libertação*.

²⁰ *O Globo*, 30 de agosto de 1984, *Vaticano condena desvios da Teologia da Libertação*, pp. 6 e 7. O ex-frade Leonardo Boff, brasileiro, um dos expoentes da Teologia da Libertação, teve voto de silêncio imposto por Ratzinger em 1985 devido às suas posições políticas marxistas (Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Papa_Bento_XVI)

Trabalhadores. Os 15 mil presentes, número frustrante tendo vista as projeções ao redor dos 100 mil, faziam antever que a Campanha pelas *Diretas já* exigiria uma mobilização mais ampla. “O comício da praça Charles Miller teve sua fraqueza localizada na desarticulação política, na ilusão do PT e da CJP de que poderiam mobilizar grandes mobilizações populares sem o protagonismo dos “políticos” do PMDB” (Leonelli e Oliveira: 2004; p. 305). Os relatos oferecidos pelos deputados peemedebistas Dante de Oliveira e Domingos Leonelli deixam transparecer que – a julgar pelas estrondosas vaias destinadas na ocasião aos oradores do PMDB e do PDT e das correntes sindicais não vinculadas ao PT e à CUT – a organização dos comícios impunha a divisão de espaços no palanque das *Diretas já*. Dois meses depois, em 25 de janeiro de 1984, a Praça da Sé, em São Paulo, seria ocupada por cerca de 250 mil manifestantes.

Um dos grandes exemplos de política conciliatória no período analisado talvez esteja na constatação de que, sem o PMDB, a mobilização pelas *Diretas* não seria efetiva. A situação descrita permite a percepção de uma conciliação entre os setores vinculados aos movimentos sociais e aqueles mais institucionalizados, como é o caso do PMDB.

Foram 2,5 milhões de panfletos, 15 mil cartazes, 30 mil cédulas simbólicas para votação simulada, 3 mil camisetas e 15 chamadas na TV Globo-PR nos intervalos do *Jornal Nacional*²¹. Segundo consta, tudo pago pelo Diretório Nacional do PMDB (Rodrigues: 2003; p. 42), quando já se passavam cinco anos desde o retorno ao multipartidarismo. Alberto Rodrigues, autor de *Diretas já: o grito preso na garganta*, observa que o Comício da Praça da Sé teve meticulosa preparação por uma comissão suprapartidária, envolvendo “diferentes personagens, muitos dos quais ferrenhos adversários, entre partidos políticos, entidades sindicais e centrais sindicais, associações e igrejas as mais diversas” (Rodrigues: 2003; p 44). Rodrigues ainda acrescenta que o farto material de divulgação foi distribuído por estudantes arregimentados pela União Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE-SP), militantes de diversos diretórios zonais do PT, membros de associações de moradores dos bairros periféricos, CEBs da Igreja Católica, sindicalistas. Vale referência a uma pesquisa do *Gallup* da semana anterior ao evento que apontava as seguintes porcentagens: 75% dos eleitores do PDS apoiavam as *Diretas já*, assim como 87% dos peemedebistas, 90% dos petistas e 94% dos pedetistas.

Retomando a abordagem referente aos movimentos sociais que convergiram no ano de 1984 para uma reivindicação imediata comum, continuemos no mesmo lugar: a praça da Sé, em São Paulo.

Em 31 de outubro de 1975, chegava a 8 mil o número de pessoas presentes ao ato ecumênico realizado na Catedral da Sé a pedido do Sindicato dos Jornalistas e da família de Wladimir Herzog, vítima de tortura no DOI-CODI de São Paulo. A celebração realizada por Dom Evaristo Arns e pelo Rabino Henry Sobel, com mais de

²¹ É emblemática a fala do presidente Emílio Médici à época de mais intensa repressão do regime militar: “Sinto-me feliz, todas as noites, quando ligo a televisão para assistir o jornal. Em outros países, greve, atentados, conflitos. No Brasil, não. O Brasil marcha em paz rumo ao desenvolvimento. É como se eu tomasse um tranquilizante, após um dia de trabalho”. A citação é feita por Luis Felipe Miguel em referência ao papel estratégico da Rede Globo, rede de TV da família Marinho, e do seu *Jornal Nacional* na difusão de uma imagem positiva do regime. Foi o *Jornal Nacional*, aliás, que noticiou o comício pró-*Diretas* do dia 25 de janeiro de 1984 em São Paulo, na Sé, despido de seu caráter político. O espetáculo de 300 mil pessoas foi noticiado como comemoração pelo aniversário da cidade. Ver: MIGUEL, Luis Felipe. Política e mídia no Brasil: episódios da história recente. Brasília: Plano Editora, 2002.

duas dezenas de sacerdotes de outras Igrejas. Cerca de 800 policiais armados bloqueavam os acessos à Catedral²². A morte de Herzog foi sem dúvida um dos momentos-chaves de luta contra a chamada linha-dura e contra o próprio regime militar. Segmentos específicos das elites empresariais e intelectuais, a citar órgãos da grande imprensa (brasileira e internacional), intensificaram as críticas ao aparato repressivo militar. Em circunstâncias semelhantes, e também provocando grande indignação entre setores da sociedade civil, a morte do operário Manuel Fiel Filho em janeiro de 1976 resultou no afastamento do general Ednardo D'Ávila Melo, comandante do II Exército.

A demissão de D'Ávila Melo, ordenada diretamente pelo presidente Geisel numa tentativa de recuperar seu poder perante a corporação e a sociedade, não freou por completo as ações repressivas. Ainda em 1976, ocorreu o Massacre da Lapa, quando militantes dirigentes do PCdoB foram mortos em ação policial militar. As chamadas *mortes em combate* não sofreram represálias. No mesmo ano, uma primeira bomba explodiu na sede da ABI (Associação Brasileira de Imprensa) no Rio de Janeiro, e outra foi encontrada na OAB. Ambas eram “instituições civis de caráter oposicionista” que passaram a estar na mira da extrema-direita (Silva: 2003; p. 266). Em agosto de 1980 uma nova bomba explodiu na ABI, matando a funcionária Lyda Monteiro.

Consta que em 1977, o então presidente do Senado, Petrônio Portela passara a se empenhar no diálogo com setores da sociedade civil. Diante da “porta travada” da áspera relação entre Geisel e a Igreja Católica, deparou-se com a “porta entreaberta” que o levava ao presidente de OAB, Raimundo Faoro. Este desejava “iniciar um processo viável de conciliação”, conforme acredita Elio Gaspari (Gaspari: 2004; p. 449). O autor de *A ditadura encurralada* observa o “minimalismo da proposição” de Faoro, “o mínimo múltiplo comum”: *habeas corpus*. Este direito havia sido suspenso desde 1968, com a instauração do Ato Institucional nº5. Advogados defensores de presos políticos, com a ajuda da OAB, se associaram no ano seguinte para lançamento do Comitê Brasileiro de Anistia (CBA). Antes disso, já vinham sendo formados vários Comitês Femininos pela Anistia. Esta, que viria só em 1979, completa 30 anos sob constantes debates a respeito de sua amplitude abrigar ou não os torturadores integrantes dos aparelhos de repressão. O caráter *amplo geral e irrestrito* presente nas reivindicações oposicionistas se transformará anos depois em sustentação para argumentos *anti-revanchistas* dos militares. A vizinha Argentina foi, neste caso, o espectro do que deveria ser evitado a todo custo.

Ainda em 1977, logo nos primeiros meses, o *Pacote de Abril*²³ já predizia as turbulências vividas pelo regime. Como parte do “jogo da tensão” a que se refere Gaspari, os estudantes nas ruas eram “o ingrediente inesperado no jogo político”. Mais de 50 mil se mobilizaram em menos de um mês e em diferentes cidades. Em meio à “crise das universidades”, marcada pela retomada das mobilizações estudantis, sobrou

²² Fonte: Jornal da ABI, Órgão Oficial da Associação Brasileira de Imprensa, novembro/dezembro de 2005 – número 303 B. Suplemento Especial - *Vlado, 30 anos*.

²³ O “Pacote de Abril” foi declarado ainda sob a vigência do Ato Institucional nº 5 e, entre outras coisas, permitiu que Geisel fechasse o Congresso por tempo indeterminado em 1º de abril de 1977. Elio Gaspari (2004) destaca que pela primeira vez desde o reinado de D. Pedro I, o executivo legislou com a colaboração dos presidentes das duas Casas do Congresso fechado. Entre as medidas anunciadas em 14 de abril, determinava-se que com um só voto – o do presidente – a ARENA recebia 21 cadeiras no Senado. Vale destacar que esta e outras mudanças resultaram numa maioria casuística do partido do Governo no Colégio Federal, assegurando que a transição, com vitória do candidato presidencial do regime em 1985, se realizasse de acordo com o projeto da institucionalidade vigente.

repressão para a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), impedida de realizar seu congresso anual em virtude da retirada de verbas e amparo logístico. A atitude do governo acabou colocando mais lenha na fogueira e a comunidade científica, somando a força dos 12.500 sócios da SBPC, acabou conseguindo realizar a reunião. O problema foi resolvido com a ajuda de D. Paulo Evaristo Arns, que ofereceu a PUC paulista, e o dinheiro conseguido por meio de contribuições aos professores e alunos que saíram pelas ruas empunhando cartazes com os dizeres de Galileu: *Eppur si muove* – No entanto, ela [a Terra] se move (Gaspari: 2004; pp. 421-22).

O “novo sindicalismo” surgiu da ação dos metalúrgicos das montadoras automobilísticas multinacionais e dos que trabalhavam nas empresas siderúrgicas nacionais, concentrados em torno da cidade de São Paulo. Entre suas características, destaca-se a determinação de se manterem independentes do controle do Estado. O movimento que começou em 1977 chegou em 1979, ano do restabelecimento do multipartidarismo, com força capaz de reunir 3 milhões em greve, abrangendo diversas categorias profissionais, inclusive trabalhadores rurais.

A categoria dos jornalistas não ficou de fora. Em 1979²⁴, a greve dos jornalistas em São Paulo inaugurou uma nova relação entre os jornalistas e os empresários de comunicação. Outro ponto que merece destaque: entre 1981 e 1988 os sindicatos de jornalistas do Rio de Janeiro e São Paulo tiveram eleições polarizadas entre militantes dos dois partidos. Em 1984, durante um encontro da categoria realizado em Salvador, a questão sucessória atravessou a pauta e os jornalistas acabaram se dividindo “entre a proposta do PCB [não oficial], de apoiar o voto oposicionista em Tancredo Neves, e a do PT, de rejeitar a eleição indireta no Colégio Eleitoral” (Silva: 2007, p. 207). É importante constatar que a mudança de relações entre empresários e jornalistas, bem como dentro das redações dos jornais, espelhavam transformações profundas (avanço tecnológico, alterações na política editorial, redução de postos de trabalho) que se consolidariam nos anos seguintes na própria produção da notícia.

Assim, no rastro do ambiente de efervescência social constituído ao declínio da ditadura militar, vão eclodindo inúmeros movimentos sociais: estudantil, de mulheres, de negros, urbanos, contra a carestia etc. A luta democrática do período terá no movimento dos trabalhadores um ponto importante de sustentação. A greve dos metalúrgicos do ABC paulista em 1978, por exemplo, abre passagem para a paralisação de outras categorias, forçando uma ruptura com os limites impostos pela lei antigreve. Santana destaca a campanha de reposição salarial, resultante da denúncia contra

²⁴ Julgada ilegal pelo Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, a greve de 1979 pode ser considerada como um dos elementos-chave para se compreender melhor o processo pelo qual boa parte, senão todas, as redações dos grandes jornais passaram na década de 80. Reivindicação de 25% de aumento salarial e imunidade para os representantes sindicais nas redações foram duas das exigências dos jornalistas de São Paulo que aderiram à greve aprovada por 90% dos mais de 1.500 profissionais presentes à votação no dia 22 do mês de maio (e considerada ilegal seis dias depois). Autor do artigo *Os jornalistas e sua greve: consciência de classe e debate político*, Marco Antonio Roxo (2004) afirma que não tanto a divisão política, mas sim “a nova estruturação produtiva que os jornais iam adquirindo com o incremento da tecnologia no fazer profissional” ajuda a entender a o episódio da greve de 1979. Roxo atribui à paralisação o papel de um recorte sincrônico entre dois tipos de jornalismo, bem como de uma arena de debates sobre as configurações que a profissão estava adquirindo naquele momento histórico. Ao confrontar diversos olhares de jornalistas sobre as motivações que os levaram à greve e sobre as causas da derrota, o autor se propõe a analisar os discursos da época associados ao debate sobre o papel social que o jornalista deveria ocupar na sociedade. Ver <http://www.redealcar.jornalismo.ufsc.br/cd/gtjornalismo.htm>; acessado em 18 de julho de 2007.

maquiamento dos índices de inflação durante o governo Médici e liderada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, então sob a presidência de Lula. Segundo o sociólogo, esta campanha “fertilizará o terreno para as mobilizações futuras” (Santana: 2003; p.287).

É interessante notar que, no mesmo ano, a Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base (ABIDB), aliada do regime e favorável ao golpe de 1964, não consegue consolidar uma política industrial voltada para os bens de capital em aliança com o governo e divulga o *Manifesto dos Oito* – um documento assinado por importantes empresários em oposição à política econômica do governo Geisel. O documento seria interpretado²⁵ como a ruptura de uma aliança autoritária estabelecida apenas em função do medo, no caso, do comunismo.

Contudo, um olhar para o movimento operário e sindical brasileiro nos chamados *anos de chumbo*, bem como uma perspectiva cuidadosa das relações entre o empresariado e o Estado brasileiro, demonstram que a parceria entre este último e o regime produziu efeitos disciplinadores, deixando pouco ou quase nenhum espaço de manobra diante do arrocho salarial, do silêncio e da repressão – custos sociais do dito “milagre”. Não é possível, portanto, separar os aspectos econômicos e políticos que compuseram a dita “modernização conservadora” que ganha fôlego com o golpe de 1964.

No final dos anos 70 e início dos anos 80, esse quadro sofreu significativas alterações com mobilizações mais intensas, a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, e a criação de organismos intersindicais de cúpula. A perspectiva de uma base de unificação, no entanto, encontra obstáculos nas tensões acerca das práticas e orientações pretendidas pelos grupos envolvidos (Santana: 2003; p. 289). Basicamente, eram dois blocos: o autodenominado “combativo”, das chamadas *Oposições Sindicais*, e o da *Unidade Sindical*. O primeiro, via PT, defendia o enfrentamento mais direto do regime e considerava a estratégia da *Unidade Sindical* como “*negocista, conciliadora e reformista*”. Esta, que incorporava militantes da esquerda dita “tradicional” (PCB; PC do B e MR-8), acreditava que o outro setor era desestabilizador. Por isso, buscava “evitar enfrentamentos diretos com o regime, conquistar o apoio de amplos setores da sociedade, trabalhando firmemente no sentido de enfraquecer o regime militar e garantir a continuidade do processo de transição”, mesmo tendo que reduzir o ímpeto reivindicativo (Santana: 2003; p. 291).

As tensões e negociações que se estenderam pelos anos seguintes deram origem à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e à Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat) – a partir de 1986 torna-se a Central Geral dos Trabalhadores (CGT). Ao contrário de uma unidade de fato, o que havia no interior do sindicalismo nacional – e pode-se dizer que na sociedade em geral – era uma disputa por hegemonia.

O governo Figueiredo reprimia as manifestações e greves, “reduzindo os espaços possíveis para reunião, entre os quais só sobraram os espaços internos da igreja” (Santana: 2003: p. 296). Como exemplo das marcas de permanência da repressão mesmo após o término do regime militar, ganha relevo o desfecho dramático da greve dos metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda (RJ),

²⁵ Para uma visão contrária a apresentada neste trabalho, ver: PEREIRA, Luiz Bresser. Pactos políticos: do populismo à democratização. São Paulo: Brasiliense, 1985. Para o autor, a burguesia brasileira não seria essencialmente autoritária, e só o medo do comunismo a teria aliado ao regime militar.

novembro de 1988. Diante da ocupação da empresa por 3 mil operários, tropas do exército agrediram os grevistas, populares e equipes de televisão. Após a invasão da usina, a ação violenta resultou na morte de três trabalhadores. Essa foi uma das 6.500 greves contabilizadas ao longo da década de 80.

Até aqui pretendi mostrar como a sociedade se estruturou em oposição ao regime e em busca de maiores espaços de participação política. Portanto, as profundas transformações sociais “vão desaguar nos massivos comícios pelas eleições diretas, canalizando as expectativas dos diferentes setores sociais de mudanças efetivas nos rumos da política econômica e democratização do país” (Oliveira: 1987; p. 43). Entretanto, Lucia Lippi Oliveira avalia que a direção do movimento sindicalista, “dividida no plano orgânico, não se encontrava capacitada para responder a este conjunto de desafios”. Por isso, a participação teria ficado aquém do seu potencial de intervenção. Aqui é preciso cuidado para não cair na idéia simplificada da incapacidade de organização e coesão social. Ao contrário, convém destacar os avanços obtidos na administração social do conflito, ainda que isto tenha significado em alguns momentos defrontar-se com impasses e ambivalências. Além disso, é importante enfatizar movimentos conciliatórios em que “os conciliáveis se apóiam, conscientemente ou não, sobre a força conquistada por outros elementos” (Debrun: 1983 [1980]; p. 75), caracterizando a conciliação como “dominação pelo alto”²⁶.

Segundo relato dos ex-deputados emedebistas Leonelli e Oliveira a respeito dos acontecimentos que antecederam as primeiras manifestações da Campanha *Diretas já*, passava em “todas as cabeças, dos políticos e do povo, estabeleceu-se um raciocínio simples, direto e, até então, inédito: a oposição pode ganhar alguma coisa no Parlamento” (Leonelli e Oliveira: 2004; p. 255). Por isso, a derrota do decreto-lei 2.024 em setembro de 1983 assume caráter emblemático como estímulo ao desejo de mudança depositado na Emenda Dante de Oliveira. O DL impedia reajustes salariais acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor e, segundo os autores de *15 dias que abalaram a ditadura*, naquele dia 21 de setembro, a “Câmara dos Deputados passou a ser um território de esperança. Um espaço de possibilidades reais para a mudança política” (Leonelli e Oliveira: 2004; p. 255).

Em reportagem da época, o sindicalista Lula, então presidente do PT, diz: “Não é hora de comemorações”, diz com surpreendente comedimento, segundo a reportagem. O líder sindicalista (CUT), “sem mandato, assistiu a toda a sessão das galerias, junto com outros líderes sindicais”²⁷ – entre os quais estava Joaquim dos Santos Andrade ou Joaquinção, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (Conclat).

Um mês depois foram decretadas medidas de emergência, as negociações continuavam, agora em torno da votação de novo decreto-lei. Novamente o governo foi derrotado no Congresso. Esse segundo ato reunira 1.200 trabalhadores nas galerias. Contra os votos do PMDB na Mesa, foi acolhida uma solicitação encaminhada por José Sarney, presidente do PDS, e outros dois líderes para haver força policial garantindo o andamento da sessão em que seria votado o DL. 2.045. Para uma clara noção das

²⁶ A expressão entre aspas está presente em abordagem feita por Gisálio Cerqueira Filho, cujos estudos versam sobre a questão da violência simbólica ensejada pelo favor e práticas típicas do clientelismo. A análise do favor como “ideologia do favor”, incluídas as práticas simbólicas, é feita pelo autor em consonância com o uso interdisciplinar da Psicanálise no trato da função parental do estado e da perspectiva da política como afeto. Entre outros, ver: CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *A ideologia do favor e a ignorância simbólica da lei*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1993.

²⁷ O Congresso desperta e responde “não”. Revista *Isto É*, 28 de setembro de 1983.

emoções em jogo, o senador Nilo Coelho (PDS), com 62 anos, sofrera um infarto dias após a votação do DL 2.024 e foi substituído na presidência do Congresso em seção seguinte.

Em meados de 1983, o ex-ARENA Teotônio Vilela assumiu a presidência do PMDB e tentava encaminhar a luta pelas *Diretas já*. Era parte do planejamento da campanha correr atrás das principais entidades da sociedade civil, como a OAB, presidida por Mário Sérgio Duarte Garcia, e a ABI, por Barbosa Lima Sobrinho. Ainda de acordo com Leonelli e Oliveira, uma ausência se fez presente: o governador do Rio de Janeiro Leonel de Moura Brizola. Segundo consta, Teotônio “estava “toureando” o PMDB carioca, em pleno conflito com Brizola” (Leonelli e Oliveira: 2003; p. 188). Ao assumir o PMDB em julho de 1983, o político que se tornaria o “mascote” das *Diretas já* pelos traços do cartunista Henfil, teria garantido: Não há mais conciliação. Acabou-se. Isso é uma história antiga. Vamos tratar de mudar de vida” (Leonelli e Oliveira: 2004; p. 189).

IV. *Diretas já*: mobilização popular nos editoriais de *O Globo* e da *Folha de S. Paulo*

***A população nas ruas e a marcha que não houve*²⁸**

Como sustentação para a tese da sucessão do presidente Figueiredo pelo pleito indireto, *O Globo* apresenta, em editoriais, a tese do *anti-revanchismo*. Além disso, são fartos os argumentos utilizados em defesa da legitimidade do Colégio Eleitoral na escolha do sucessor presidencial e da necessidade de uma “solução de consenso” para a transição democrática sem radicalismos e o enfrentamento da crise econômica.

Outra preocupação aponta no sentido de evitar os iminentes riscos de um “fechamento” político que poderia ser deflagrado em virtude da desordem representada por expressivas manifestações populares. A *Coluna Política* do dia 14 de janeiro de 1984 destaca *Os riscos da emergência*, expondo cogitações sobre uma possível decretação do estado de emergência – que de fato ocorreu nos arredores de Brasília durante a votação das *Diretas-já* – na área metropolitana de São Paulo em função do “comício-monstro” previsto para o dia 25 de janeiro daquele ano. O jornal identifica a ampla mobilização nacional em torno do pleito direto para escolha do Presidente como um “caminho perigosíssimo para a paz pública”, apontando o mau exemplo do “revanchismo antimilitar [que] constituiria a pior alternativa para a Argentina democratizada”²⁹.

A imprensa de maneira geral atuou amplamente na divulgação e, em alguns casos, na ajuda à defesa do restabelecimento do pleito direto para escolha do sucessor de Figueiredo. Embora alguns veículos não tivessem apoiado logo ao início, após o sucesso das primeiras manifestações, tornava-se impossível negar espaço para as *Diretas*. A *Folha*, por sua vez, não só declarou apoio explícito desde o início como a partir de dezembro de 1983 começou a publicar *O Roteiro das Diretas* e a cobrir

²⁸ Este item foi originalmente elaborado como parte do artigo *Democracia partida: divergências e conciliações no processo de liberalização do regime militar e de reestruturação dos espaços de representação*, tendo sofrido significativas modificações. Artigo, elaborado em parceria com o mestrando em Ciência Política Alexandre Alves Pinto (UFF/PPGCP), foi apresentado em 2008 no III Seminário Internacional Organizações e Sociedade: Inovações e Transformações Contemporâneas - Porto Alegre, 11 a 14 de novembro de 2008.

²⁹ *O Globo*, 17 de janeiro de 1984, editorial *Sem revanchismos*

detalhadamente todo o debate parlamentar, político, cultural e sindical em torno das *Diretas Já*³⁰.

Ao contrário d'O *Globo*, a *Folha de São Paulo* destaca em diversos editoriais os “remendos” à constituição, forjados pelo Planalto, de forma a transformar o Colégio Eleitoral em uma “colcha de retalhos”. A *Folha* expressa que, a exemplo da Emenda Constitucional nº 22, alterações à Carta teriam produzido a “figura totalmente deformada” do Colégio Eleitoral, ferindo “o princípio da representatividade das unidades federativas no Regime Republicano”³¹, com a “manipulação que desigualou o peso de estados tão desiguais em população fixando um mesmo número de delegados nas assembleias legislativas do Colégio, independente do número de eleitores inscritos ou de habitantes”³².

A referência da *Folha* às manobras tais como na legislação eleitoral são feitas à luz da alegada preocupação com a capacidade do futuro presidente de governar sobre as bases as fracas de uma escolha tão ilegítima quanto o Colégio Eleitoral. “Já é lugar comum reprisar os riscos que advirão da escolha do futuro chefe do estado por meio desse Colégio Eleitoral em que ninguém confia e onde ninguém se vê representado.”³³

O *Congresso e os comícios*³⁴, publicado pelo *O Globo* no início do mês de março de 1984, era porta-voz do seguinte desejo: que o “Poder Legislativo se afirme perante a Nação como força moderadora dos radicalismos de qualquer espécie político-ideológica”. Com o avanço dos showmícios em defesa das *Diretas já* e quase a um mês da votação da Emenda pelo Congresso, o jornal, contrário aos “horizontes imediatistas do voto direto”, define em editorial *Os limites da vontade popular*:

³⁰ Ainda em 1984, o repórter da *Folha de S. Paulo* Ricardo Kotscho lançou o livro *Explode um novo Brasil – Diário de Campanha das Diretas*, com prefácio de Ulysses Guimarães. Além disso, Kotscho homenageava com livro a nomes como Teotônio Vilela, Leonel Brizola, Luiz Inácio Lula da Silva e Ulysses Guimarães, segundo ele, “símbolos da resistência”. Entusiasmado com a possibilidade de usar o jornal a favor da Campanha que começava a se formar, o renomado repórter conta em seu livro que fez chegar às mãos de Otávio Frias de Oliveira sua proposta, denotando uma certa proximidade entre o jornalista e os mais altos níveis hierárquicos do jornal que passava por profundas transformações. Kotscho questionara “por que a *Folha de S. Paulo*, o último jornal liberal do País, não empunhava de uma vez esta bandeira das eleições diretas, como fazia a Imprensa, antigamente, quando se apaixonava por uma causa?” Aceita a proposta, diz Kotscho, “só dependia da gente [jornalistas] aproveitar os espaços abertos, seguir em frente, no rumo dos anseios nacionais”. Ver: KOSCTHO, Ricardo. *Explode um novo Brasil – Diário de Campanha das Diretas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

³¹ Jairo Nicolau confirma que durante o período autoritário houve uma grande instabilidade nas regras de alocação das cadeiras da Câmara dos Deputados, todas elas derivadas de emendas à Constituição de 1967, convergindo para a desproporcionalidade: Emenda Constitucional nº 1, de 1969 (legislaturas eleitas em 1970 e 1974); Emenda Constitucional nº 8, de 1977 (legislatura eleita em 1978); Emenda Constitucional nº 22, de 1982 (legislatura eleita em 1982). Ver NICOLAU, Jairo Marconi. *As Distorções na Representação dos Estados na Câmara dos Deputados Brasileira*. Dados, Rio de Janeiro, v.40, n.3, 1997.

³² *Folha de S. Paulo*, 1º de março de 1984, *O senado e as diretas*. Sobre a atribuição ao governo autoritário do agravamento das distorções representativas, por intermédio da sobre-representação da região Nordeste, onde o partido governista (ARENA e, depois, PDS) teria seu reduto eleitoral, e da sub-representação das regiões Sul e Sudeste (redutos eleitorais do MDB), Jairo Nicolau (1997) observa que a hipótese se confirma parcialmente. No caso do Sudeste, que foi crescentemente sub-representado ao longo do regime autoritário, mas não para as regiões Sul e Nordeste. Nicolau destaca que a região Sul, pelo contrário, foi sobre-representada nas legislaturas eleitas em 1970, 1974, 1978 e 1982. Enquanto a região Nordeste, embora tenha sido sobre-representada em 1978 e 1982, chegou a ser sub-representada em 1970 e 1974. Ver NICOLAU, Jairo Marconi, 1997.

³³ *Folha de S. Paulo*, 19 de fevereiro de 1984, editorial *Um apelo ao presidente*.

³⁴ *O Globo*, 2 de março de 1984.

“Tampouco a opinião popular tem a obrigação de ser racional e sutil nas suas manifestações, sobretudo as de rua: para isso há o Governo e Congresso servidos de farta assessoria técnica, há cérebros e computadores oficiais encarregados de cotejar as espontaneidades e as complexidades que compõem o modo de vida democrático e daí extrair as fórmulas praticáveis. (...)“Quando assumem o caráter de máquina de pressão e se apóiam nos valores intimidativos da quantidade, eles significam o oposto da negociação, da busca de fórmulas consensuais, e portanto se afastam de princípios fundamentais da democracia.”³⁵

Madison defendia que “*num governo é mais possível que a vontade pública, expressa pelos representantes do povo, esteja em harmonia com o interesse público do que no caso de ser ela expressa pelo povo mesmo, reunido para este fim*”.³⁶ A partir de determinados valores e idéias expressos em editoriais *O Globo* parece utilizar um discurso característico da democracia representativa, liberal, para justificar seu apoio ao projeto de abertura tutelada pelos militares. A participação popular, vista como inoportuna no momento de crise, era associada pelo jornal a fatores de desestabilização, irresponsabilidade, imaturidade ou oportunismo.

Em *Exercício de poder*³⁷, *O Globo* se posiciona contra a “idéia absurda (da oposição) de “pressionar” o Congresso para votar dessa ou daquela maneira” em relação à Emenda Dante de Oliveira. Vistas como propensas à “histeria” as decisões do povo são invalidadas pelo jornal em detrimento das escolhas de seus representantes. O discurso de *O Globo* apresenta o tom da democracia representativa, em vista da atuação independente do Congresso. Porém, aquilo que parecia estar de acordo com as práticas democráticas, voltava-se em favor da *liberalização tutelada*, caracterizando o tom conciliatório com o regime em declínio. Vale observar que uma especificidade do governo autoritário-burocrático brasileiro em relação a outras ditaduras na América Latina é justamente certa aparência democrática com o amparo casuístico das leis.

A *Folha*, por sua vez, carrega nas cores da participação popular, inclusive com conclamações às entidades da sociedade civil na organização da manifestação suprapartidária em defesa das *Diretas Já*. As entidades citadas no editorial são: Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa, (ABI) e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (ABPC)

“Sendo esse um movimento cívico que atravessa as várias camadas sociais, profissões e partidos, incluindo bases municipais e lideranças nacionais expressivas do PDS, cabe não só a estes, mas igualmente às entidades da sociedade civil as iniciativas no sentido da organização e da mobilização das aspirações populares. Na verdade o trabalho em nível dos partidos e das entidades civis são dois caminhos não excludentes, se não que se complementam”³⁸.

Expondo percepção diferente da relação entre representantes e representados, a *Folha* expõe em editorial a visão de que os representantes eleitos pelo povo não contrariem no Congresso Nacional “a vontade expressa, atuante e quase unânime de seus representados”, sob pena de que, se fazendo surdos no momento da votação da

³⁵ *O Globo*, 9 de abril de 1984

³⁶ MADISON, James. Utilidade da União como preservative contra facções e insurreições. In: HAMILTON, Alexander; JAY, John; MADISON, James. *O Federalista*. Coleção *Os pensadores*. São Paulo: Victor Civita Editor, 1985, p. 98.

³⁷ *O Globo*, 9 de abril de 1984.

³⁸ *Folha de S. Paulo*, 22 de fevereiro de 1984, *Entidades e diretas*.

emenda, não tivessem apoio das bases eleitorais nas eleições para renovação do Legislativo em 1986. *O Globo*, por sua vez, afirma: “Colando no índice aqueles de opinião contrária ao seu radicalismo, os novos inquisidores revivem velhos comportamentos obscurantistas e fascistas”³⁹. Em *Metamorfoses do Governo Representativo*, Bernard Manin (1995) afirma que o governo representativo nunca foi um sistema em que os eleitos tivessem a obrigação de realizar a vontade dos eleitores e, reforçando, complementa: “esse sistema nunca foi uma forma indireta de soberania popular” (Manin: 1995, p. 10). Sendo assim, quais seriam os meios e os limites de expressão dessa soberania?

A questão é equacionada conforme as circunstâncias de cada conjuntura. A postura de determinado jornal também é variante. Como já abordado anteriormente, a *Folha* passou por modificações desde meados dos anos 70, sendo influenciada pelo próprio processo de distensão. Alguns aspectos dessas transformações são apresentados na dissertação *Imprensa e democracia: a transformação da Folha de São Paulo e a criação do Partido dos Trabalhadores*, de Carlos Alberto Furtado de Melo. De maneira bem expressa, o autor afirma que, no caso da *Folha*, “o conflito entre mercado e sociedade ganha um contorno de complementação mútua, de síntese de um momento histórico onde as forças da sociedade ao se desenvolverem configuraram-se, também, num mercado” (Melo: 1996; 193). A associação pretendida entre *democracia* e *mercado*, que ganhará ênfase a partir de 1974, fica clara na declaração do dono do jornal. Segundo Otávio Frias Filho, a *Folha*

“tem tido a felicidade, seja por sorte, seja porque a conjuntura histórica favoreceu isso, ela tem tido a felicidade de fazer isso: que a sua política de mercado, ao mesmo tempo cresça junto com, e seja perfeitamente compatível, com sua política pública, sua política institucional, sua política como um veículo de idéias, um veículo de disseminação de idéias, veículo de disseminação de opinião, de controvérsia etc...”⁴⁰

É digna de nota a observação de Furtado de Melo, segundo a qual a *Folha* assumira a partir das reformas internas desencadeadas em meados de 1970 um “papel iluminista, em relação à situação obscura de então, e racional, do ponto de vista empresarial” (Melo: 1996; p. 117). O autor recupera ainda uma analogia com o papel que a imprensa em geral cumprira como “intérprete das Luzes” e o instrumento de publicização da República. Destaque-se o sentido da reforma “de se politizar mais o jornal e no sentido de o jornal trazer para, especialmente, às primeiras páginas, as páginas de opinião, um embrião de debate político ideológico”⁴¹. Assim, está delineado o papel de moderna ágora que o jornal busca potencializar, conseqüentemente, catalisado os produtos políticos e financeiros advindos da nova linha editorial⁴².

Em 1984, foi implementado o *Manual Geral da Redação da Folha de S. Paulo*, um “modelo privatizado de contrato representativo” (Albuquerque e Holzbach: 2008; p. 151) que fazia do jornal o mediador entre o cidadão e o Estado. Três aspectos, segundo

³⁹ *O Globo*, 19 de abril de 1984, editorial *Não é o fim do mundo*.

⁴⁰ FRIAS FILHO, Otávio. Entrevista ao Carlos Alberto Furtado de Melo

⁴¹ idem

⁴² Em *Tomando partido, formando opinião: cientistas sociais, imprensa e política*, Maria Hermínia Tavares de Almeida dedica-se a analisar a militância jornalística de cientistas sociais na *Folha de S. Paulo*, em seção dedicada a textos opinativos de diferentes tendências políticas. A autora enfatiza o grande número de artigos dedicados à defesa da legitimidade do protesto popular. Ver: ALMEIDA, Maria H. Tavares de *Tomando partido, formando opinião: cientistas sociais, imprensa e política*. São Paulo: Idesp. 1992.

Afonso Albuquerque e Ariane Holzbach, fizeram do modelo adotado uma proposta original: 1. reivindicação de papel político; 2. legitimação oriunda do mandato conferido pelo leitor; 3. mandato conferido por meio de relação comercial – a compra do jornal (Albuquerque e Holzbach: 2008; p. 151). O verbete “mandato do leitor” é identificado com o empenho do jornal “em configurar como política uma relação de ordem geralmente comercial”, ao mesmo tempo em que se valorizava o jornalismo crítico, apartidário e pluralista. Ao comprar o jornal, o leitor estaria oferecendo “uma contrapartida financeira”, mas também convertia o jornal em “um instrumento de poder” (Albuquerque e Holzbach: 2008; p. 160).

Após a votação da Emenda Dante de Oliveira, foi redigido o texto *A Folha depois da campanha das diretas-já*: “[A *Folha*] Impôs-se, ao país inteiro, como uma das principais forças formadoras de opinião pública. Conquistou um importante crédito de confiança junto à sociedade civil. Antes da campanha, era difícil ignorar a *Folha*; depois dela, tornou-se impraticável”⁴³. O jornal construía sua própria história e memória, conferindo significados à sua atuação política de forma quase imediata aos fatos.

O *Projeto Folha* selará o caminho de mudanças adotado desde meados dos anos 70, estando “repleto de postulados editoriais, normas e condutas de comportamento”. Buscava-se a revalorização “de aspectos mais técnicos, mais profissionais do jornalismo, em detrimento da ideologização, ou da politização”⁴⁴. Em entrevista, Otávio Frias Filho recorda a implementação do *Manual* em setembro de 1984, “sem consulta prévia”⁴⁵, se contrapondo a um clima de “forte organização interna, comitês e assembléia geral”⁴⁶. As resistências ao *Manual* resultaram, segundo Frias, em 50 demissões no começo de 1985. “Aí, não havia como contemporizar”, afirma Otávio Frias Filho.

De volta aos editoriais. Uma marca do discurso da *Folha* de *S. Paulo* durante a Campanha pelas *Diretas já* (especialmente entre janeiro e abril de 1984) foi o uso de expressões aglutinadoras como as presentes nos seguintes fragmentos: “a opinião pública democrática se empenha decididamente na campanha cívica”⁴⁷; “alto grau de organização e consciência política”⁴⁸; “manter a unidade de ação de todas as unidades sociais e políticas comprometidas coma a bandeira das diretas já”⁴⁹; “espírito cívico e ordeiro”⁵⁰; “revelado um alto grau de maturidade política”; a “mobilização da sociedade civil deve prosseguir no seu curso normal, dentro da ordem e da lei”⁵¹; “prosseguiremos em nossa linha editorial, claramente identificada com os anseios nacionais”⁵²; “hoje mais do que nunca a *Folha* expressa de forma serena e resoluta a demanda cívica mais elevada do povo brasileiro: diretas-já”⁵³.

⁴³ *A Folha depois da campanha das diretas-já*, capturado em 10 de junho de 2009 na página eletrônica http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/proj_84_1parte.htm

⁴⁴ Entrevista de Otávio Frias Filho. In: ABREU, Alzira A.; LATTMAN-WELTAM, Fernando; ROCHA, Dara. (orgs.) Eles mudaram a imprensa. Depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2008.

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ *Folha de S. Paulo*, 12 de janeiro de 1984, *Argentina, outra realidade*

⁴⁸ Idem, 24 de fevereiro de 1984, *O Brasil das diretas*

⁴⁹ *Folha de S. Paulo*, 20 de março de 1984, *Montoro, PMDB e as Diretas Já*

⁵⁰ Idem, 17 de fevereiro de 1984, *Na rota da democracia*

⁵¹ Idem.

⁵² Idem

⁵³ idem

Ao abordar as diversas formas de mobilização social nos anos 70 e 80, busquei dar espaço ao caráter plural, característico dos movimentos sociais. Por vezes, ficou evidente a escassez de uma unidade em função de diferenças táticas. A não ser, é claro, pelo inimigo comum que o regime autoritário representava. Esta oposição comum provocou a aglutinação (forjada, eu diria) entre, por exemplo, trabalhadores e empresários; antigos perseguidos pelo regime e opositores de última hora. Enfatizando essa ideia de *unidade*, que se faz presente em diversos editoriais da *Folha*, busco questionar em que medida o discurso da *unidade* cívica e ordeira acabou convergindo para um afluyente de conciliação que marcou o processo sucessório, bem como outros episódios da história brasileira. Menos que encontrar uma resposta definitiva para a questão, ganha espaço um olhar crítico ao jogo de forças durante a Campanha das *Diretas já* e para a redemocratização brasileira.

Ainda sobre o discurso da *unidade*, em sua tese de doutoramento *Enunciação e Representação na Conjuntura das Diretas já!*, Edileusa Gimenes Moralis⁵⁴, apresenta proposições instigantes do ponto de vista da construção de sentido através do significante *Diretas já!* e dos símbolos como a música-tema da festa dos comícios *Para não dizer que não falei de flores*, de Geraldo Vandré. Para Moralis, “a força da enunciação *Diretas Já!*, como palavra de ordem, reclamou para si a união de ricos e pobres, intelectuais e populares num mesmo espaço público, as ruas, por um mesmo ideal” (Moralis: 2008, p. 102). Daí a inferência que paira sobre um descompasso entre o discurso e a prática vivida nas relações cotidianas de poder. A autora associa o *Já!* a um estado de emergência situado em um tempo, em uma determinada conjuntura. Se considerada a dimensão subjetiva do criador do *slogan Diretas já!*, o cartunista Henfil, torna-se talvez mais claro o sentido de urgência que atingia grande parte da população brasileira. Henfil, que era hemofílico, morreu antes de ter conseguido votar uma única vez para presidente da República em toda sua vida.

“Então, vem! Vamos embora! Esperar não é saber...” Os versos cantados por Vandré, segundo Moralis, apontam enunciativamente, para uma palavra de ordem “que todos passaram a repetir, insistentemente, na totalidade”. A autora prossegue: “Razão pela qual tornou-se um hino que simbolizava um ideário cristão de partilha e de irmandade, afinal parte da Igreja Católica, pelas vias dos defensores da teologia da libertação, encampou a proposta de mudança de governo”. Como visto anteriormente, justamente essa teologia foi criticada por membros do Vaticano e pelo jornal *O Globo* em função do “apelo ao conflito de classe”.

Entre as passeatas e comícios que atraíram enorme quórum nos meses que antecederam a votação da Emenda Dante de Oliveira, dois não-eventos merecem atenção: a *Marcha sobre Brasília* e uma greve geral que ocorreriam, respectivamente, em fevereiro e abril. Assim como no caso da avaliação sobre os processos que possam ter influenciado a rejeição da emenda constitucional, torna-se central para os propósitos deste trabalho menos o fim e mais os meios. Ou seja: o recuo nos dois casos citados é representativo das diferentes estratégias defendidas pelos organizadores da Campanha das *Diretas já*. Inicialmente um entusiasta da idéia de marchar sobre a capital federal, e identificado como seu idealizador, Ulysses Guimarães recuou diante da contramarcha mais conservadora.

⁵⁴ MORALIS, Edileusa Gimenes. *Enunciação e representação : na conjuntura das Diretas Já*. Campinas, SP : [s.n.], 2008. Orientador : Eduardo Guimarães. Co-orientador : Jean-Claude Zancarini. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

Leonelli e Oliveira chegam a sugerir que as decisões quanto a não realização da marcha e de uma greve geral, embora tenham significado a “unidade das forças que sustentavam a campanha no *front* dos comícios”, podem ter sido um “claro sinal para os deputados pedessistas de que não haveria maiores consequências caso eles votassem contra a Emenda no dia 25 de abril. Embora não seja produtivo basear uma análise em uma história contrafactual, a sugestão dos autores talvez permita uma reavaliação do cálculo político e das variáveis então equacionadas.

Para *O Globo*, a ação popular direta, através de marchas ou greves, caminha em sentido contrário ao da democracia, constituindo uma “heresia”. Embora reunissem milhares de pessoas, as formas de pressão nos moldes planejados pelos movimentos sociais, entidades da sociedade civil e alguns partidos políticos mais ligados às bases populares são identificadas não como a expressão direta da vontade popular. Ao contrário, o jornal caracteriza as mobilizações como sendo movidas por pretensões individualistas, “unilaterais”, incapazes de traduzir uma sociedade “pluralista”.

“Pretender, portanto, que o Congresso decida em clima de esmagadora e irresistível pressão multitudinária, como estava nos planos da “marcha sobre Brasília” ou eventualmente venha ainda a cogitar-se, a partir do comício que a substituirá, constitui inominável heresia democrática.

Pressão popular nesses moldes pouco tem a ver com vontade popular, plena e democraticamente considerada. Ao passo que o voto traduz as múltiplas tendências da sociedade pluralista, comícios, passeatas e movimentos de massa semelhantes demonstram apenas posições unilaterais ou parciais do conjunto social. Não é que lhes falte legitimidade, mensagem ou importância, mas lhes faltam as indispensáveis condições de abrangência e plenitude.

(...)

Se a mobilização pró-diretas produzir consequências de intranquilidade, agitação e desordem, sobretudo para infiltração ideológica a serviço da perturbação da abertura, isso resultará na sua autocondenação independentemente das avaliações e dos juízos do governo.”⁵⁵

O Globo expressava uma latente preocupação, dividida com os grupos mais moderados, em relação à possibilidade de um retrocesso ultradireitista em reação à “desordem”. Esta é associada a uma “infiltração ideológica” que estaria presente na mobilização pró-diretas. O termo “infiltração” remete à penetração na sociedade de algo estranho a ela, alheio, estando à parte do processo e do projeto de abertura esquadrihado pelo governo. Em *Greve contra o país*, *O Globo* expressa argumentos contrários à pressão trabalhista. A citação, embora longa, é válida como exemplo:

“Além de paralisar a siderúrgica líder na produção de aços planos para o nosso parque industrial, do que resulta uma perda diária de 3 bilhões e 500 milhões de cruzeiros, a greve dos trabalhadores da Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa) atinge o programa brasileiro de exportação desse produto nobre, prejudicando-o na obtenção de receita, na imagem de pontualidade das encomendas e, finalmente, na consolidação do mercado comprador.

Por aí se vê o caráter extremamente lesivo de uma greve dessa natureza, agravado pelas circunstâncias de crise que rodeiam a economia e as condições sociais internas. (...) É como se as engrenagens do desenvolvimento brasileiro, e particularmente

⁵⁵ *O Globo*, *Avanço sem pressões*, 18 de fevereiro de 1984.

aquelas atividades produtivas que ainda mantêm a sua vitalidade em plena recessão, sofressem um ataque predatório fora de qualquer compreensão racional.

As estruturas empresariais do Brasil vivem um momento de muitas incertezas e aguda fragilidade. Numerosas empresas do setor privado que não suportam as pressões da inflação, dos juros, dos custos financeiros e trabalhistas etc., acabam irremediavelmente no precipício da falência. (...)

É dentro de tal quadro de instabilidade que os operários da Cosipa decidem converter as suas reivindicações salariais num movimento grevista capaz de tirar a grande siderúrgica da linha de produção, a partir daí abalando o desempenho e os compromissos de mercado de um setor considerável da indústria nacional. (...)

Não tem cabimento, portanto, que os operários da Cosipa, ou os da Belga-Mineira também em greve, ou os de qualquer empresa privada ou estatal, desfraldem bandeiras reivindicatórias para o atendimento de situações isoladas, específicas, ao custo da desobediência aos critérios gerais da lei e de lesões aos interesses da coletividade produtiva e trabalhadora e do país como um todo.”⁵⁶

O jornal norteia seus argumentos pela oposição *Greve X país*, caracterizando uma “estratégia antipovo”⁵⁷. Os operários, orientados por perspectivas supostamente isoladas dos “interesses da coletividade produtiva e trabalhadora” são postos em lado oposto ao da lei e daquele que a respeitam. Os imperativos da crise são recorrentes no editorial. Tendo em vista a trajetória econômica brasileira, passando pelo “milagre” até a recessão dos anos 1980, os argumentos do jornal fazem lembrar a lógica de “socialização dos prejuízos” descrita por Celso Furtado em sua análise dos mecanismos de defesa pós-crise de 29. Ainda que sobre conjunturas diferentes, as lógicas argumentativas se assemelham quanto às justificativas aos sacrifícios impostos pela crise. “Como as importações eram pagas pela coletividade em seu conjunto, os empresários exportadores estavam na realidade *logrando socializar as perdas que os mecanismos econômicos tendiam a concentrar em seus lucros*”⁵⁸ (Furtado: 1972; p. 165). Assim, a prometida “divisão do bolo” foi historicamente afastada das prioridades governamentais.

A respeito da greve geral convocada para o dia 25 de abril de 1984, data da votação da Emenda Dante de Oliveira, a *Folha de S. Paulo* também se contrapõe: *Greve é contra diretas-já*, defende o jornal em editorial do dia 5 de abril. A manchete do dia seguinte corrobora a posição do jornal: “Sociedade civil critica proposta de greve no dia 25”. O jornal informa que, segundo decisão unânime do Comitê Suprapartidário Pró-diretas, reunido em Brasília, seria convocada uma “paralisação nacional” das atividades produtivas do país. A expressão é citada como eufemismo para “greve geral”. São citadas em reportagem as opiniões de governadores contrários à decisão do Comitê, tendo em vista a inadequação daquela forma de pressão sobre o Legislativo.

A *Folha*, ao expressar sua discordância, não a justifica com argumentos econômicos, como é o caso de *O Globo*, mas fundamenta sua opinião na tese da *união* do movimento. O jornal de Otávio Frias de Oliveira caracteriza a decisão como fruto de um “entusiasmo juvenil” e da “desesperança”. Em editorial prevê “consequências desastrosas” e uma “profunda fratura no movimento sem precedentes que vêm exigindo

⁵⁶ *O Globo*, 1 de março de 1984, Greve contra o país.

⁵⁷ Idem, 12 de outubro de 1984, *A grande vítima, o povo*.

⁵⁸ Ênfase minha

em uníssono a restauração das diretas”. Embora afirme serem legítimas as greve quando estão em jogo objetivos trabalhistas, a *Folha* separa destes as motivações de caráter político. “Essa vinculação entre reivindicação social e política é a melhor arma ideológica que se poderia oferecer aos adversários do movimento diretas-já e constitui a fórmula exata para desarticulá-lo, dividi-lo e desfazê-lo”. Em nome da união do movimento, a *Folha* é “contrária à proposta irresponsável de greve geral para o dia 25”⁵⁹.

Em Diretas já: o grito preso na garganta, Alberto Rodrigues chega ao desfecho da votação da Emenda concluindo que a incapacidade dos atores pró-Diretas de retomar os níveis de mobilização vistos até abril de 1984 revelava que a “lógica da negociação” se sobrepusesse à “lógica da ruptura”. Rodrigues afirma que a agenda a partir de então imposta pela institucionalidade política passou a limitar o raio de ação dos atores que agiram desde a dimensão societal e levou à desmobilização dos mesmos.

Esta referência não significa rejeitar a negociação ou a própria conciliação, que são inerentes ao jogo político.

Por um “nome de consenso”

Poucos dias após a derrota da emenda Dante de Oliveira, os editoriais de ambos os jornais aqui analisados expressaram alguns rumos das negociações políticas, no âmbito dos acordos partidários e da reorganização da mobilização popular. As percepções acerca dos passos seguintes no tabuleiro do jogo sucessório sugerem mais uma vez o afastamento entre *O Globo* e a *Folha de S. Paulo*. A distância política entre as opiniões expressadas nos editoriais deve ser, contudo, relativizada e inserida no contexto mais amplo de um campo de forças políticas dispostas na sociedade brasileira e cujos vetores não necessariamente apontavam para lados opostos.

Destaque-se como ponto de contato a percepção comum de que a falta de unidade dentro do PDS favorecia a oposição. No entanto, a *Folha* e *O Globo* divergem quanto à melhor estratégia a ser adotada. *O Globo* evoca a “tradição de negociar” que caracterizaria a *Alma brasileira*⁶⁰: “A negociação está na alma brasileira”. A *Folha*, no Dia do Trabalhador, destaca “o caráter cívico unitário das manifestações”. Este é perceptível, segundo o jornal paulista, “pelo entendimento entre sindicalistas ligados à CUT – Central Única dos Trabalhadores – e à Conclat – Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras”. Para *Folha*, seria um “grave equívoco querer esvaziar a força pública” a fim de facilitar negociações no âmbito do Congresso Nacional. Mas até que ponto o destaque a um “caráter cívico unitário” não representa a negação das diferenças inerentes aos grupos sociais, atuando, portanto, segundo pressupostos análogos aos das negociações criticadas pela *Folha*? Ou, estaria no uso destes termos a expressão através da linguagem da negociação (e, pode-se dizer conciliação) necessária ao estratégico cálculo político?

Em *Reinventando o otimismo*, Carlos Fico observa que a “união”, a “solidariedade” e a “alma nacional” estavam entre os temas caros à propaganda política dos militares. Um símbolo como o arco-íris amarelo, concebido no auge do regime militar em 1971, segundo Fico, persistirá no tempo através da Campanha das *Diretas* e durante a Nova República. Segundo o historiador, são traços simples e sintéticos com uma mensagem forte: “aliança” (Fico: 1997; p. 126). O autor destaca ainda a presença

⁵⁹ *Folha de S. Paulo*, 5 de abril de 1984, *Greve é contra diretas-já*

⁶⁰ *O Globo*, 29 de abril de 1984, *Alma brasileira*.

do “congraçamento social” em alguns comerciais. Buscava-se vender a idéia de que tal congraçamento deveria unir o povo e os militares; em outros casos, insistia-se na visão da “união de todas as classes em prol de um objetivo comum” (Fico: 1997; p.128). Aqui, a referência à valorização desses temas pelo regime militar permite dimensionar as intenções que determinadas imagens e discursos possam carregar, com “capacidade de articulação histórica de representações simbólicas diferentes” (Eugênio: 1995; p. 216) conforme seu arranjo e contexto. Convém, portanto, atentar para o fato de que o uso de referências simbólicas do regime militar em um movimento de contestação possa consistir numa forma de subverter a ordem autoritária dentro de seu próprio campo simbólico.

De acordo com Marcos Francisco N. de Eugênio, a imprensa captou o caráter festivo do movimento das *Diretas*, “procurando fazer circular a imagem de uma sociedade que, mesmo oprimida, não perdia o senso de humor e a “cordialidade” (Eugênio: 1995; p. 214). O autor observa ainda que a ênfase sobre o caráter festivo dos comícios destoara do discurso implacável com os protestos que espalharam o “caos” na cidade paulista no ano anterior. “Ao fazer o elogio da transgressão simbólica da ordem”, sugere Eugênio, “talvez a Grande Imprensa procurasse expiar a perspectiva da desagregação social contida no protesto e a tensão natural da presença popular nas praças e ruas” (Eugenio: 1995; p. 214).

Os títulos de alguns dos primeiros editoriais publicados após a votação da Emenda Dante de Oliveira ilustram por si só o tom mantido por cada jornal nos meses seguintes. A *Folha* publica *Diretas na praça* no dia 1º de maio; *Maio das diretas-já* no dia 2 e *Congresso não, diretas-já* no dia 4. O Globo apresenta *No rumo da negociação* em 28 de abril, *A vontade de negociar* no dia 1º de maio e *Elo de entendimento* no dia 5. Este último é a respeito de um discurso feito pelo governador mineiro na presença do presidente Figueiredo na cidade de Uberaba (MG) e designa Tancredo Neves como o elo em questão. Para *O Globo* o “entendimento” deveria estabelecer-se “muito mais em torno de um programa de ação administrativa e política do que de nomes e grupos, cabendo ao Congresso dar legitimidade jurídica às diretrizes traçadas.”⁶¹

Sob o *status da legitimidade* ambos os jornais defendem as percepções distintas dos rumos do processo sucessório. Alguns dos argumentos antes destacados são utilizados em relação ao Colégio Eleitoral. *O Globo* defende a legitimidade desta instituição, adquirida com o passar dos anos desde sua criação, reconhecendo-o ainda na função de “uma espécie de delicada dobradiça, de articulação entre passado e futuro”⁶². Dois dias antes (4 de maio), diante da possibilidade da utilização do Congresso Nacional como alternativa ao Colégio Eleitoral, a *Folha* se declarara contrária, insistindo em sua ilegitimidade tendo em vista o processo de sua formação e transformação com o *Pacote de Abril* de 1977. Acrescenta às suas considerações a crise de confiabilidade do Congresso ante a opinião pública, segundo o jornal paulista, provocada pela tradição elitista das instituições brasileiras e pela função de “mera caixa de ressonância do poder central” a que esteve relegado durante maior parte do regime. Ao aumento de desconfiança pela sociedade civil, a *Folha* faz contrapor a necessidade de uma permanente mobilização no sentido de redobrar esforços para mostrar que a “chama [das *Diretas já*] continua a brilhar nos corações dos brasileiros”.⁶³

⁶¹ *O Globo*, 5 de maio de 1984, *Elo de entendimento*.

⁶² Idem, 6 de maio de 1984, *No Colégio Eleitoral*

⁶³ *Folha* de S. Paulo, 4 de maio de 1984, *Congresso não, diretas já*.

O conceito de *(i)legitimidade* é utilizado, segundo perspectivas diferentes, nas opiniões expressas sobre o Colégio Eleitoral e a mobilização popular destinada a pressioná-lo. O mesmo ocorre com o recurso à *revisão histórica*, que em cada um dos casos estudados é feita em sentidos diferentes: ora corroborando a imperativa finalização do projeto de abertura traçado no meio militar, contornando o quanto antes o imprevisto representado pela Campanha das *Diretas já*; ora reforçando a importância da via diretista sustentada pela manifestação popular.

Em sentido semelhante, o ato de *negociar* é abordado sob diferentes expectativas. Apresenta-se a perspectiva do *realista* – contra a inércia, imobilismo e o retrocesso – e a da transparência ou a do *vigilante* – pela “nação mobilizada e em vigília permanente [que] tende a acompanhar passo a passo as negociações nelas influenciando decisivamente”⁶⁴. Cada uma é explorada, respectivamente, pelo jornal *O Globo* e pela *Folha* em meio às negociações em torno da escolha de um “nome de consenso”.

No âmbito partidário, essas negociações mobilizaram tanto os partidos de oposição (PT, PDT, PTB e PMDB) quanto o PDS, cujas divergências internas se mostraram inconciliáveis com o passar dos meses e levaram os dissidentes a fundar a *Frente Liberal* e depois o Partido da Frente Liberal (PFL). Em parte, as divergências se aprofundaram com a adesão de pedessistas à Campanha das *Diretas já* – 55 dos 235 deputados do PDS votaram a favor das *Diretas já* em 25 de abril de 1984. Mas um ingrediente polarizador foi o antimalufismo, ou seja, a oposição à candidatura do deputado paulista Paulo Maluf que levou partidários do PDS a negociar a transição com lideranças oposicionistas.

Os autores Raquel Meneguello e Bolívar Lamounier afirmam que as mudanças sedimentadas ao longo do primeiro semestre de 1984 foram suficientes para inverter de maneira decisiva o cenário político-partidário, “transferindo para Tancredo Neves o carisma da campanha pelas eleições diretas e elegendo-o presidente da República” (Meneguello e Lamounier: 1986, p. 83) em janeiro de 1985. Segundo os autores, a vitória de Tancredo Neves significava que o regime fora finalmente levado à derrota no órgão que ele mesmo instituíra para ratificar as sucessões militares, o Colégio Eleitoral. *A transição pactuada*, distanciada da marca popular que a Campanha das *Diretas já* tentou imprimir, enfraquece a idéia de que a vitória da candidatura Tancredo-Sarney tenha representado a derrota dos militares.

É verdade também que Tancredo Neves representara um papel-chave na estratégia da abertura *lenta gradual e segura* preconizada por Geisel, Golbery e Petrônio Portela – este último freqüente interlocutor de Tancredo. Seu caráter conciliador e perfil político conservador são manifestos através da pecha de “linha auxiliar do projeto modernista” recebida pelo ex-ministro da Justiça de Getúlio Vargas em função de seu papel como “interlocutor qualificado da ditadura” (Silva: 2004; p. 274).

Ao final de 1983, o então governador mineiro se aproximou do vice-presidente e conterrâneo Aureliano Chaves dando contornos mais sólidos ao chamado *Acordo de Minas*. Em entrevista, o vice-presidente garantiu que o acordo não havia resultado de uma “articulação político-partidária”, mas da consciência “da responsabilidade de cada um em relação ao futuro do Brasil”⁶⁵ (Couto: 1999; p. 99). Do ponto de vista da

⁶⁴ Idem, 5 de maio de 1984, *Negociação em voz alta*.

⁶⁵ Entrevista do autor com Aureliano Chaves.

construção da memória, é interessante notar que emerge das palavras do político a auto-atribuição de uma missão na condução do processo de transição democrática. Basicamente, este acordo colocava “os companheiros do PFL em pé de igualdade com os do PMDB no plano federal”⁶⁶, projetando uma candidatura que tranqüilizasse os militares quanto às ameaças revanchistas de setores à esquerda.

É diante destas novas configurações políticas, estruturadas após a rejeição da emenda constitucional Dante de Oliveira, que as perspectivas *realista* e *vigilante* – respectivamente, do jornal *O Globo* e da *Folha* – são reforçadas quase diariamente nos editoriais analisados.

Logo após a votação da emenda, a propósito da reunião de governadores do nordeste do país para apresentarem apoio político à liderança das negociações pelo governador mineiro⁶⁷, *O Globo* expressa sua concordância: “Eis aí [na escolha de Tancredo Neves como mediador] uma demonstração indubitável de *desejo realista de negociação*, tanto mais porque provinda de lideranças que constituem a grande base partidária do Governo e por se tratar de um ato de políticos nordestinos”.⁶⁸ É também parte desta perspectiva que se pretende realista a idéia de que o processo sucessório se dividira em duas etapas: uma que contou com a ampla participação popular e a segunda, que prescindia dos “radicalismos”.

“Por enquanto, importa principalmente, que substituam imaturas ameaças de auto-exclusão do processo de transferência do poder por atitudes de participação ativa nesse dominante episódio institucional. Os comícios das pró-diretas esgotaram a parte que cabia ao estágio plebiscitário da sucessão.”⁶⁹

A crítica é uma clara referência ao PT, que se negou a participar da frente oposicionista e a acusou de capitular diante dos interesses conservadores (Silva: 2004, p. 278)⁷⁰. A própria Frente Liberal, parte do PDS, deve ser vista como representante destes interesses. Em *Diretas já: 15 meses que abalaram a ditadura* (2004), Dante de Oliveira e Domingos Leonelli destacam o “batismo popular” do PT com a Campanha das *Diretas já*, contabilizando a duplicação no número de deputados federais eleitos em 1982 (8) e em 1986 (16). Sobre os desdobramentos pós-25 de abril, a conclusão dos autores é a de que Tancredo Neves “fez-se herdeiro das Diretas Já de forma fria e calculada, como são as coisas da política”. O pragmatismo conciliatório que emerge deste trecho parece afastar o político mineiro⁷¹ da *emoção* das ruas. Ainda assim, através de um apoio da imprensa e da mobilização popular, como fruto das inúmeras negociações parlamentares, nos meses seguintes a campanha pelas *Diretas* teve seu *Já* transplantado para “Muda Brasil, Tancredo Já”.

⁶⁶ idem

⁶⁷ *Governadores do Nordeste querem que Tancredo seja o mediador*, manchete de *O Globo*, 28 de abril de 1984.

⁶⁸ *O Globo*, 1º de maio de 1984, *A vontade de negociar*. Ênfase da autora.

⁶⁹ Idem. 17 de maio de 1984, *Com os pés no chão*.

⁷⁰ Em 15 de janeiro de 1985, dia da eleição indireta de Tancredo Neves, o PT não compareceu ao Colégio Eleitoral. Três deputados que contrariaram a orientação do partido foram expulsos.

⁷¹ Em referência à tensão entre favor e liberalismo na sociedade brasileira, Gisálio Cerqueira Filho (1993) observa que o estado de Minas Gerais e os mineiros, sendo “vistos como alvo preferencial da ideologia da conciliação nacional, da cordialidade, da “mineiridade”, fornecem o protótipo do perfil da ambiguidades e indecisão no plano sócio-político e mesmo convivial” (Cerqueira Filho: 1993, p. 23). O ex-governador mineiro Tancredo Neves expressa no contexto enfatizado esse perfil e sua inscrição nas soluções conciliatórias.

A *Folha*, contudo, conclamava: “Urge que todas as lideranças de partidos e entidades civis reagrupem suas forças a fim de preparar mais uma demonstração unitária e pacífica da cidadania.”⁷² O jornal paulista defendia a *Negociação à luz do dia* e apresentava pressupostos de representação que colocavam a mobilização da sociedade como manifestação política a ser integrada às negociações:

“...insistimos em considerar im procedente a tese, comum em certos ciclos da oposição, que pretende separar os planos da mobilização e da negociação como realidades descontínuas no tempo e no espaço. Nesse sentido, a responsabilidade dos governadores, de oposição e das lideranças políticas é imensa e irrecusável. A mobilização da sociedade não pode ser abandonada; deve antes ganhar novo ímpeto. É a única via eficaz para impedir a ressurreição ostensiva ou disfarçada de um monstro virtualmente morto – Colégio Eleitoral”⁷³.

É digno de atenção tanto o destaque dado pela *Folha* a manifestações públicas de representantes politicamente influentes, como o cardeal Dom Avelar Brandão: “Diretas ou guerra civil, alerta cardeal”⁷⁴. À manchete do dia 6 de maio de 1984, somava-se o tom crítico destinado aos governadores Tancredo Neves (MG), Franco Montoro (SP), Leonel Brizola (RJ) e José Richa (PR), “para citar os mais expressivos em termos de eleitorado e de liderança nacional” e, portanto, “aqueles com maiores responsabilidades políticas no processo de transição democrática”. O editorial *Governadores, volver* reprovava a atitude daqueles que “continuam a agir com se nada tivesse ocorrido no Brasil nos últimos cinco meses, como se a palavra que empenharam em praça pública diante de milhares de cidadãos não valesse hoje coisa alguma”. E reforçavam a crítica sob a perspectiva *vigilante* e por maior transparência: “Como se a mobilização popular tivesse agora que refluir para dar passagem aos “experts” da política, que decidirão mais uma vez em nome da sociedade à luz de velas o que ela não quer e contra o que ela exige”⁷⁵.

No mês de junho de 1984, o país chega ao meio do caminho sucessório. Neste ponto, dois fatos foram alvos de debates entre a sociedade civil, os parlamentares e expressos nos editoriais analisados. As discussões em torno da Emenda Figueiredo e das subemendas apresentadas tiveram como desfecho a retirada da emenda pelo presidente diante da ameaça de um segundo *round* na disputa parlamentar com aprovação da subemenda pró-*Diretas já* e não em 1988 como havia sido emendado inicialmente.

Dias antes, houve um divisor de águas: a possibilidade de consulta às bases do PDS para escolha do candidato às indiretas, acirrara ainda mais as divergências no partido levando à renúncia de Sarney da presidência do partido, segundo *O Globo*, uma *Fratura exposta*⁷⁶. Favorável às prévias, o jornal carioca reconheceu na atitude do senador maranhense “um atestado das boas intenções democráticas e das preocupações com a unidade e o fortalecimento partidário que o levaram a propor a realização da prévia para a indicação do candidato pedessista à sucessão presidencial”. Ao expressar

⁷² Folha de S. Paulo, 2 de maio de 1984, *Maio das diretas-já*

⁷³ Folha de S. Paulo, 3 de maio de 1984, *Negociação a luz do dia*.

⁷⁴ Em 12 de outubro de 1984, a respeito da proposta da CNBB expressa em manchete do mês anterior (*Bispos defendem diretas e convocam jejum nacional*, manchete do dia 1º de setembro), a *Folha* publica o editorial *Velhos ritos, novos temas*, criticando a proposta do jejum nacional como “... fenômeno ilustrativo do grau de dificuldades que a Igreja enfrenta como instituição na tentativa de conciliar suas funções espirituais com uma realidade espiritual cambiante.”

⁷⁵ Idem, 6 de maio de 1984, *Governadores, volver*.

⁷⁶ *O Globo*, 13 de junho, de 1984, editorial.

uma “dúvida angustiante” do regime, do governo e de seu partido, a *Folha* reforça a defesa das *Diretas já* e critica as prévias como solução paliativa: “como acomodar seus interesses num fórum de decisão suficiente amplo para dar à escolha pelo menos uma aparência de legitimidade democrática, mas suficientemente restrito para mantê-la sobre seu controle exclusivo?”⁷⁷ Em 20 de junho, os governadores do PMDB se reuniam para expressar o apoio à candidatura de Tancredo. O transplante do *Já* estava em andamento por um nome de consenso.

V. Um “consenso de fachada” para “Reinaugurar a República”

No dia 15 de novembro, a *Folha* publica *Posse e diretas para presidente*. No dia seguinte, *O Globo* publicou *O Brasil de Tancredo*. O primeiro sugeria que, logo após a posse, o presidente eleito indiretamente convocasse uma nova eleição, desta vez direta. No dia seguinte, 16, a manchete do jornal apresentou a repercussão da proposta entre os candidatos Tancredo Neves e Paulo Maluf: *Tancredo afasta as diretas após a posse; Maluf deixa para 86*. O editorial daquele dia dizia *Quem tem medo das diretas*. Neste editorial, a *Folha* ratifica a proposta da antevéspera, “inspirada na data comemorativa da República”⁷⁸. O jornal paulista, neste momento, evoca ainda o respaldo obtido pela “autoridade do seu papel pioneiro entre os meios de comunicação na batalha pelas diretas já”⁷⁹.

Assim, pondo-se em situação privilegiada a frente da “batalha” em curso, “a *Folha* sugeriu que o sucessor do presidente Figueiredo ao ser eleito através de um órgão notoriamente ilegítimo – o Colégio Eleitoral – pratique o seu primeiro ato de grandeza recorrendo imediatamente à fonte democrática do poder que é o povo”⁸⁰. Segundo o jornal, a convocação de um pleito direto poderia consagrar e legitimar a investidura do eleito indiretamente na função de primeiro mandatário.

Ao dia 18, nova manchete faz referência ao editorial: *População apoia posse com diretas*. No dia 22 do mesmo mês, a manchete do jornal é novamente dedicada à proposta defendida em editorial: *Pesquisa Folha constata o endosso da população ao editorial*. É interessante notar na manchete duas estratégias argumentativas usadas pelo jornal: destaque à convergência entre a opinião do jornal e a opinião pública, expressa através da *Pesquisa Folha*, um instrumento de consulta popular ao qual é conferida *objetividade*. Assim, o destaque dado à opinião pública em manchetes serve como legitimação popular à opinião publicada pelo jornal.

O Globo, por sua vez, no editorial de 15 de novembro, *Reinaugurar a República*, também faz referência à data comemorativa (Proclamação da República) e a um “conceito verdadeiro” de República e democracia. Opondo-se aos exemplos das Repúblicas Populares de governos comunistas e aos regimes democráticos “imatuross e inconsistentes”, *O Globo* afirma que, no Brasil, “os compromissos constitucionais com a permanência republicana continuam vivos”. O jornal estabelece uma relação entre o presente e os valores que, no passado, inspiraram e justificaram intervenções militares na política. Segundo o editorial, a permanência republicana se deve “evidentemente à vocação irreconciliável da sociedade civil e do povo em geral para a opção política que

⁷⁷ *Folha de S. Paulo*, 10 de junho de 1984, *A prévia e o PDS*

⁷⁸ *Folha de S. Paulo*, 16 de novembro de 1984, *Quem tem medo das diretas*

⁷⁹ *idem*

⁸⁰ *Idem*

os reformistas históricos prepararam ao custo da pregação e do sacrifício e o Marechal Deodoro da Fonseca converteu em palavra de ordem”⁸¹.

Uma concepção linear do tempo expressa no editorial faz crer que o Brasil percorrerá, não sem desvios, o caminho traçado no passado até o destino presente que, com “a nova redemocratização brasileira ora em fase decisiva”⁸², alcançaria um horizonte projetado no futuro. De acordo com o jornal a reinauguração defendida “não se restringe a servir de ponte entre o último governo do regime revolucionário de 1964 e aquele destinado a retomar o fio interrompido da plenitude democrática”. No entanto, a perspectiva que favorece o papel das Forças Armadas na política brasileira pode ser visto em trecho de *Fora da democracia não há salvação*, editorial publicado na capa do jornal no dia 21 de setembro.

“A revolução de 64 desencadeou-se como um atendimento das Forças Armadas aos reclamos de multidões que se reuniam em praça pública nas diversas capitais do País. Naquela época, a democracia estava em risco sob a ameaça de dispositivos governamentais que pretendiam amordaçar a Nação. Justamente para se criarem condições de estabilidade social e respeito à vontade popular é que eclodiu o movimento”⁸³.

A revisão da história, nesse sentido, é um dos mecanismos argumentativos utilizados pelo jornal. Vê-se que, em benefício do “status da irreversibilidade” da reinauguração pretendida, se aceita que “mudanças formais” (eleições diretas, por exemplo) sejam concretizadas mais adiante. Sugestões interpretadas como atraso ou interrupção do sentido da transferência de poder, são percebidas como “atitude criminosa contra a democracia e contra a República em toda a sua extensão histórica”⁸⁴.

Ao dia 16 de novembro, o editorial *O Brasil de Tancredo*, apontava o sentido da reinauguração defendida no dia anterior. A candidatura do ex-governador mineiro simboliza em *continuum* “em nome dos imperativos de reordenamento do País – como regime, como Nação e como Estado, civilizado e progressista – e em honra daqueles que inauguram o nosso destino republicano há quase um século”. O jornal apoia o pronunciamento feito por Tancredo no dia anterior, onde o candidato acentuara as várias posições que situavam sua candidatura “na clave da conciliação, da moderação, da prudência, do anti-radicalismo, das preocupações dominantes com a unidade nacional e com o revigoração dos símbolos e valores fundamentais da República”⁸⁵.

Opondo-se a declaração do presidente Figueiredo, segundo a qual nem sempre os interesses do povo e da Nação coincidem entre si, *O Globo* apresenta visão do contrato entre representantes e representados, aparentemente, contrária à expressa antes da votação da Emenda Dante de Oliveira. À época foi defendido que a pressão popular não deveria incidir sobre o Legislativo. Definidas as candidaturas, a correspondência entre a vontade do eleitor e a ação de seu representante ganha respaldo em editorial. Eis alguns trechos: (1) “Em outras palavras a Nação deu abrigo ao Colégio Eleitoral, aceitando-o como instrumento de sua vontade; o eleitor indireto está informado de que não poderá fugir impunemente à sua função de representante daqueles que o

⁸¹ *O Globo*, 15 de novembro de 1984, *Reinaugurar a República*.

⁸² *Idem*

⁸³ *O Globo*, 21 de setembro de 1984, *Fora da democracia não há salvação*.

⁸⁴ *O Globo*, 15 de novembro de 1984, *Reinaugurar a República*.

⁸⁵ *idem*, 15 de novembro de 1984, *O Brasil de Tancredo*

elegeram”⁸⁶; (2) “O verdadeiro regime democrático tem como pedra angular o princípio de que todo poder emana do povo. Aos poderes constituídos só cabe acompanhar *pari passu* a vontade e os desejos representados nesse mandato”⁸⁷.

Quaisquer divergências são percebidas pelo *O Globo* como desvios de minorias isoladas:

“As instituições da sociedade civil e do regime democrático do País vivem um grande momento no curso final do processo sucessório. Os erros e os desvios têm partido de responsabilidades isoladas, nunca das instituições como um todo. Veja-se o comportamento da Justiça Eleitoral, das Forças Armadas, da Oposição, da Igreja, do empresariado, dos sindicatos trabalhistas. A preocupação de não criar problemas que de algum modo possam perturbar o encaminhamento normal e pacífico da sucessão presidencial está presente em cada movimento ou decisão dos setores mais influentes na vida da Nação (...). Desde que as instituições tenham meios de se sobrepor às ações isoladas, segmentares, o processo sucessório e a própria abertura atingirão plena e tranquilamente todos os seus fins. A instituição maior é a Nação, e esta, mobilizada por inteiro, não abrirá a guarda para as ameaças de contrafação do grande reencontro democrático em vias de se consumir”⁸⁸.

De acordo com Marcos Napolitano de Eugênio, a representação simbólica do “Povo” enquanto categoria política, disseminada pela imprensa e pelos organizadores da festa das *Diretas*, caracterizava a superação de uma decantada *apatia política*. O “Povo” aparece em discurso do “porta-voz da ala mais conservadora e conciliatória do movimento”, Tancredo Neves, como calcado à categoria da “Nação”, devendo submeter-se aos seus desígnios e interesses. Sendo portador não mais de direitos tão somente, mas de deveres, um deles seria o de não contribuir para a “desagregação nacional” (Eugenio: 1995; pp. 208-210).

Sobre a candidatura indireta do ex-governador mineiro, a *Folha* afirma que esta “não corresponde por idéias ou programas definidos a uma real ruptura com o sistema político vigente”⁸⁹, caracterizando uma “Sucessão sem política”, título do editorial do dia 1º de novembro de 1984. Com *Tudo no futuro*⁹⁰, o jornal critica também a plataforma do adversário de Tancredo, Paulo Maluf (PDS), pelo transbordamento de promessas através chavões e tempos no futuro, classificando-os como desrespeito à opinião pública. A *Folha* não concorda com a percepção de que “a Nação deu abrigo ao Colégio Eleitoral” e, por isso, contraria a perspectiva de um *consenso* obtido através da candidatura Tancredo-Sarney. Além disso, novamente, a transparência das decisões políticas volta a ser questionada em *Candidatos sem programa*⁹¹.

“A despeito da retórica democrática, o raciocínio do candidato pouco contribui para a participação política dos cidadãos. Julga adequado construir um programa pelo acréscimo de sugestões ouvidas em particular até que [este] fique pronto e irretocável, mas por esse processo cumulativo as especificidades tendem a se dissolver antes mesmo de vir a público; a cada novo segmento da sociedade deixando a sua contribuição ao edifício que laboriosa – e secretamente – se ergue, mais a generalidade e as fórmulas vazias articulam um **consenso de fachada**”⁹².

⁸⁶ *idem*, 13 de setembro de 1984, *Muita gente, muito voto*.

⁸⁷ *Idem*, 8 de novembro de 1984, *Povo e Nação*

⁸⁸ *O Globo*, 28 de novembro de 1984, *Mobilização institucional*.

⁸⁹ *Folha de S. Paulo*, 1º de novembro de 1984, *Sucessão sem política*,

⁹⁰ *idem*, 5 de dezembro de 1984.

⁹¹ *Folha de S. Paulo*, 10 de outubro de 1984, *Candidatos sem programa*

⁹² *Idem*. A ênfase em negrito é minha.

A análise das representações sobre o período em destaque deve versar, certamente, pela compreensão dos interesses políticos e ideológicos de cada jornal. As divergências de opinião correm o risco de serem diluídas diante de uma pesquisa mais aprofundada das motivações internas de cada de empresa jornalística e de seus donos; como quem busca fins semelhantes através de meios distintos. Por isso, procurei analisar as opiniões publicadas tendo em vista possíveis vinculações como o processo de reestruturação e ressignificação realizado no contexto de redemocratização; a função representativa que o próprio veículo busca exercer perante a sociedade, convertendo-a em ganhos políticos e financeiros; os caminhos de reinterpretação ou abstração do passado (golpe de 64, apoio ao regime...) por meio de intenções *anti-revanchistas* ou de discursos aglutinadores. Enfim, a imprensa brasileira como um todo comporta contradições e complexidades, envolvendo interesses e dimensões simbólicas que perpassam a opinião e notícia. Tudo isso numa confluência cujo estudo é essencial para a compreensão da sociedade e das suas relações de poder.

VI. A “arte do possível” e a “política como arte” (A título de conclusão)

No livro *Memória viva do regime militar* (1964-1985), uma coletânea de entrevistas com políticos e militares que estiveram em evidência durante o período da ditadura militar, o autor faz a seguinte descrição do vice de Tancredo Neves, José Sarney: “É homem público prudente, hábil, paciente, cordial e realista” (Couto: 1999; p. 308). Sarney foi deputado (UDN), senador (ARENA), um dos fundados do PDS e presidente da República (PMDB).⁹³ Segundo seu relato, dois ou três dias após sua renúncia, Ulisses Guimarães, o então presidente do PMDB conhecido como “Senhor Diretas”, foi à sua casa e começou “um processo de cooptação”.

“A transição tinha que ser feita com as Forças Armadas, não contra as Forças Armadas. Quer dizer: o contrário do caso argentino”⁹⁴. Nestes termos, o ex-presidente define: “A política é a arte do possível”. Considere-se, no entanto, que o caráter limitador da expressão “arte do possível” – “a transição *tinha que ser* feita com as Forças Armadas” – dissimula ou destitui a dimensão da “política como arte/ciência” (Cerqueira: 1993), em que são assumidos o cálculo político e a *máscara*⁹⁵ (disfarce) como constitutivos da política e não como simples farsa. A *máscara* como artifício de resistência e, quem sabe, de conciliação. Negá-los ou dissimulá-los sob a justificativa “tinha que ser assim”, equivale à atitude de negação do conflito.

Proponho uma leitura da “arte do possível” em face da “ideologia do favor”, notando que o *possível* se submete a “uma rede social de práticas de favor estabelecidas e racionalizadas, implicando o recalçamento [expressão oriunda da psicanálise que produz a ignorância] da lei no plano simbólico, com múltiplos e significativos efeitos ao nível das relações sociais” (Cerqueira: 1993, p. 19).

⁹³ Atualmente, José Sarney exerce pela 3ª vez na “Nova República” a presidência do Senado.

⁹⁴ Entrevista de José Sarney ao autor, p. 323

⁹⁵ A máscara do brasileiro, de que fala Sérgio Buarque de Holanda no capítulo “O homem cordial” é, segundo Silviano Santiago, a deformação dos sentimentos e emoções experimentados pelo homem (...) sentimentos e emoções que só podem transbordar do coração para a vida social caso o indivíduo se comprometa consigo mesmo a se deixar expressar através do disfarce”. Para uma conexão entre o uso da *máscara* na política brasileira e a mexicana ver: SANTIAGO, Silviano. *As raízes do labirinto e a América Latina*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006. pp. 221-237.

As potencialidades no âmbito da *participação* expressas na Carta Cidadã de 1988, a despeito dos avanços desses últimos anos, seguem em vias sinuosas de aprimoramento. A Constituição previu a criação de mecanismos de interferência popular sobre os processos decisórios institucionais: Orçamentos Participativos, Conselhos Populares e Comunitários, Fóruns... Constituídos os espaços de debate, permanece em grande medida a tensão entre práticas mais mobilizadoras e as mais institucionalizadas, bem como entre a inovação e a tradição.

Ao longo deste trabalho, não explorei uma característica que pode ser bastante relevante do ponto de vista da construção (e aperfeiçoamento) de espaços de participação social e mobilização política na sociedade brasileira. Trata-se do seu caráter festivo (carnavalesco) e da afluência das emoções que o período de transição democrática tornara exacerbado. Juntamente com a valorização das dimensões simbólicas, o viés da mobilização pela via da emoção e de referenciais afetuosos apresenta-se como um manancial de possibilidades teóricas e práticas a serem exploradas em estudos posteriores.

Neste trabalho não pretendi realizar uma teoria da conciliação, embora tenha buscado estabelecer alguns parâmetros para a análise proposta. Vale lembrar que este trabalho está em processo de elaboração e este texto é apenas um resultado parcial dos estudos que vêm sendo realizados. Procurei, especialmente, refletir sobre um período da história brasileira em que setores da população, através de representações simbólicas e novas práticas políticas, buscaram de diversos modos e em sentidos variados exercer a arte da política – inclusive mirando conquistas que à época dizia-se impossível, utópicas ou alheias ao perfil “natural” do brasileiro⁹⁶. Além disso, procurei utilizar a imprensa como fonte – espelho e reflexo – para tratar de representações a respeito de um momento-chave da transição democrática no Brasil, quando novos atores entram em cena dispostos a interferir no processo político e confrontar-se com tradicionais mecanismos de submissão. Embora o foco deste trabalho tenha sido a Campanha das *Diretas Já*, a votação da Emenda que a motivou acabou abrindo espaço para questões relevantes do processo sucessório. Tais como: (re) definições na relação entre representantes e representados; questionamento quanto às negociações políticas, tendo em vista práticas conciliatórias diversas, seja no sentido da transgressão seja como reintrodução das relações de dominação/submissão pelas elites; a (re) construção de novos valores segundo velhos rótulos (democracia, República, direitos humanos...); o reconhecimento de novas características e a desconstrução de velhos conceitos sobre a “identidade” nacional etc.

Talvez o enfoque adotado tenha dificultado uma síntese dos temas abordados, o que deve inspirar novos estudos. Contudo, não deixa de ser proveitoso à proposta de abordagens alternativas sobre os movimentos sociais trazer à tona essas discussões e os

⁹⁶ Para se ter uma dimensão do alcance do Movimento *pró-Diretas já*, vale observar o uso do *slogan*, com “dimensão simbólica muito forte”, quase dez anos depois na campanha dos presidencialistas durante o plebiscito realizado sobre o regime de governo. Luis Felipe Miguel diz que a campanha presidencialista, vitoriosa, correu a favor do senso comum, “que encara com desconfiança o Congresso Nacional e vê na eleição direta para presidente da República o ápice do regime democrático” (Miguel: 2002, p. 114). A campanha se apresentara como continuação histórica das *Diretas já* e o apresentador do programa na TV afirmava: “agora é a vez de nos unirmos para pedir diretas sempre”. Aliás, *Diretas sempre* foi o *slogan* presidencialista. Note ainda que, enquanto os defensores da monarquia usavam a figura de D. Pedro II em sua campanha e os presidencialistas usavam ex-presidente Jucelino Kubitschek, eram os parlamentaristas quem se utilizavam da figura do “Senhor das Diretas”, Ulisses Guimarães. Ver: MIGUEL, Luis Felipe. Política e mídia no Brasil: episódios da história recente. Brasília: Plano Editora, 2002, p. 112-116.

argumentos então utilizados a respeito de cada uma. Convém, no âmbito dos estudos sobre *democracia* e *participação*, questionar em nome de que ou de quem, em detrimento de que ou de quem se negocia ou realiza-se as práticas conciliatórias. O que perpetuam e as rupturas que viabilizam. Estas considerações são válidas não apenas para o momento histórico abordado, mas ainda 25 anos depois.

VII. Referências Bibliográficas

ABREU, Alzira A.; LATTMAN-WELTAM, Fernando; ROCHA, Dara. (orgs.) Eles mudaram a imprensa. Depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2008.

ALBUQUERQUE, Afonso e HOLZBACH, Ariane Diniz. Metamorfoses do contrato representativo: jornalismo, democracia e os manuais da redação da Folha de S.Paulo. In: Comunicação, Mídia e Consumo. Escola Superior de Propaganda e Marketing. V.5, n.14 (novembro 2008). São Paulo, ESPM, 2008.

DELGADO, Lucilia de Almeida N. e PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo da ditadura militar: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2003.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. A ideologia do favor e a ignorância simbólica da lei. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1993.

COUTO: Ronaldo Costa. Memória viva do regime militar – Brasil: 1964-1985. Rio de Janeiro: Record, 1999.

DEBRUN, Michel. A “conciliação” e outras estratégias. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

EUGÊNIO, Marco F. Napolitano de. Representações políticas no Movimento Diretas-já. Revista Brasileira de História. São Paulo. V.15, nº 29; pp. 207-219, 1995.

FICO, Carlos. Reinventando o otimismo ditadura propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

GASPARI, E. A ditadura encurralada. São Paulo: Companhia das Letras (Coleção As Ilusões Armadas)2004.

JACOBI, Pedro. Movimentos sociais urbanos numa época de transição: limites e potencialidades. In: SADER, Emir (org.) Movimentos sociais na transição democrática. São Paulo: Cortez, 1987.

LEONELLI, Domingos e OLIVEIRA, Dante. *Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MELO, Carlos Alberto Furtado de. Imprensa e democracia: a transformação da *Folha de S. Paulo* e a criação do *Partido dos Trabalhadores*. Dissertação (mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Prof. Dr. Miguel Wady Chaia. 1996. Ciências Sociais.

MORALIS, Edileusa Gimenes. Enunciação e representação: na conjuntura das Diretas Já. Campinas, SP : [s.n.], 2008. Orientador: Eduardo Guimarães. Co-orientador: Jean-Claude Zancarini. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

MOTA, Carlos Guilherme e CAPELATO, Maria Helena. História da Folha de S. Paulo: 1921-1981. São Paulo: Impress, 1981.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. O movimento operário em São Paulo – 1970-1985. In: SADER, Emir (org.) Movimentos sociais na transição democrática. São Paulo: Cortez, 1987.

RODRIGUES, Alberto Tosi. Diretas já – O grito preso na garganta. 1ªed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTANA, Marco A. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980 e 1990. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo da ditadura militar: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2003.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “Crise da ditadura militar e o processo da abertura política no Brasil, 1974-1985”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo da ditadura militar: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2003.

SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. In: Ao vencedor, as batatas. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

SMITH, Anne-Marie. Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Tradução Waldívia M. Portinho. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.
